



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Ceilândia  
Curso de Graduação em Saúde Coletiva

MÔNICA LIMA LOPES

**Da aldeia para o espaço universitário na cidade:  
as vivências dos estudantes indígenas da Universidade de Brasília**

BRASÍLIA  
2014

MÔNICA LIMA LOPES

**Da aldeia para o espaço universitário na cidade:  
as vivências dos estudantes indígenas da Universidade de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ceilândia (FCE), Universidade de Brasília – UnB, como requisito para a obtenção do título de bacharela em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sílvia Maria Ferreira Guimarães.

BRASÍLIA  
2014

MÔNICA LIMA LOPES

**Da aldeia para o espaço universitário na cidade:  
as vivências dos estudantes indígenas da Universidade de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ceilândia UnB/FCE, Como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

---

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sílvia Maria Ferreira Guimarães.  
Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília

---

Avaliador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Silvia Badim Marques  
Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília

---

Avaliador: Juli Joi Ferreira de Oliveira  
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES

BRASÍLIA  
2014

Dedico aos queridos amigos indígenas, meus  
'txais'. E, em especial, aos meus pais Cida e  
Artur, que sempre me apoiaram durante essa  
jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me deu a força e paciência que precisei para chegar até aqui.

A minha família e amigos pelo apoio, incentivo, e torcida.

Com amor, ao meu querido Rodrigo Porto, que compartilhou comigo esse momento, nem sempre tão fácil.

Aos estudantes indígenas da Universidade de Brasília, os quais eu tive o privilégio de conhecer e conviver por momentos, e que me confiaram seus relatos, histórias, reclamações, tornando essa pesquisa possível. Vocês foram a base e são o propósito deste trabalho.

Aos professores do curso de Saúde Coletiva desta universidade, e principalmente a professora Sílvia Maria Ferreira Guimarães pelo empenho na orientação deste trabalho.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram para a minha formação acadêmica ao longo da graduação, e durante a elaboração deste trabalho.

*“Os amores na mente  
As flores no chão  
A certeza na frente  
A história na mão  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando  
Uma nova lição”.*

*Geraldo Vandré*

## RESUMO

Indígenas de diversos estados do país se deslocam para o Distrito Federal, principalmente em busca de emprego, educação, atenção à saúde, esse deslocamento pode ser temporário ou definitivo. Dentro desse grupo, estão os estudantes universitários indígenas que saem de suas regiões para cursar o nível superior em faculdades públicas e privadas na cidade. Há muitos estudantes indígenas cursando graduação na Universidade de Brasília, assim este trabalho pretendeu analisar como este determinado universo de indígenas vivencia o deslocamento da aldeia para a cidade e como eles criam estratégias de cuidado. Utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa. A etnografia foi escolhida como método de pesquisa, pois possibilita a interação e a inserção nos espaços de sociabilidade dos sujeitos, através do contato informal e formal. Esses estudantes criam e sinalizam determinadas estratégias de cuidado que deveriam ser fomentadas. A incrível rede de sociabilidade criada por eles em ambientes diversos que vai de academia de ginástica a bares, revela a criatividade e não passividade desses estudantes que ocupam os espaços e se expõem, buscando momentos de sanidade e equilíbrio em local (universidade) e tempo (graduação) tão adverso.

**Palavras-chaves:** estudantes indígenas; Universidade de Brasília; indígenas urbanos; saúde indígena.

## **ABSTRACT**

In search of employment, education or health care, indigenous from several states of Brazil move to Distrito Federal in a migration that can be temporary or permanent. Within this group are the indigenous university students who leave their regions to attend graduation courses in public and private schools of great cities. Some of them are studying at the University of Brasília, therefore this research aims to analyze how this particular universe of indigenous experiences the village displacement and how they create health care strategies. The qualitative approach methodology was used as the thesis basis. Ethnography was chosen as a research method, by the time it enables the interaction and the inclusion in the sociability spaces of the subjects, through informal and formal contact. These students create and evidence certain health care strategies that should be encouraged. The incredible network of sociability created by them in various environments ranging from fitness gyms to bars, reveals creativity, instead of passivity, of those students who occupy the spaces and expose themselves, seeking moments of sanity and balance in an unfavorable local (university) and time (graduation).

**Keywords:** Indigenous students; University of Brasilia; urban indigenous; indigenous health.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: APROXIMANDO-SE DO PROBLEMA.....	12
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	16
2.1 Em busca do campo: o início .....	17
3. ENCONTRANDO TEMAS ASSOCIADOS NA LITERATURA .....	20
3.1 Indígenas na cidade.....	20
3.2 Estudantes indígenas no ensino superior .....	22
3.3 Convênio Fundação Universidade de Brasília e a FUNAI.....	23
4. RELATO DO DIÁRIO DE CAMPO: DELINEANDO OS SUJEITOS DESSA PESQUISA.....	25
5. CRIANDO PRÁTICAS DE VIVÊNCIAS NA CIDADE: DINAMIZANDO TECNOLOGIAS DO CUIDADO DE SI.....	33
5.1 Da aldeia para a cidade: complexa rede de relações sociais e políticas.....	34
5.2 Cultura de saúde na aldeia - Pajelança, utilização de plantas, benzeções, cantos de cura, etc. ....	49
5.3 Sobre os desafios na cidade/ambiente acadêmico: a saúde e outras epistemologias ..	53
5.4 Sobre as alegrias e diversões que encontram ou buscam encontrar em qualquer lugar	59
5.5 Processos de saúde-adoecimento, o adoecer na cidade e percepções sobre os serviços de saúde.....	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	80
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	82
8. ANEXOS.....	84

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CASAI - Casa de Atenção a Saúde do Índio

CF 88 - Constituição Federal de 1988

FCE - Faculdade de Ceilândia

FS - Faculdade de Saúde

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

HRAN - Hospital Regional da Asa Norte

HUB - Hospital Universitário de Brasília

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC (Sul/Norte) - Instituto Central de Ciências

MEC - Ministério da Educação

PET - Programa de Educação Tutorial

ProIC - Programa de Iniciação Científica

Reuni - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUS - Sistema Único de Saúde

SASI/SUS - Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS

SINDSEP-DF - Sindicato dos Servidores Públicos do DF

TI - Terra Indígena

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UnB - Universidade de Brasília

UNB/FUB/FUNAI - Convênio nº 01 Fundação Nacional do Índio /Fundação Universidade de Brasília

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Postagem do estudante no Facebook. ....	27
<b>Figura 2:</b> Postagem do estudante no Facebook. ....	27
<b>Figura 3:</b> Postagem do estudante no Facebook. ....	27
<b>Figura 4:</b> Postagem do estudante no Facebook. ....	27
<b>Figura 5:</b> Postagem do estudante no Facebook. ....	28

## **1. INTRODUÇÃO: APROXIMANDO-SE DO PROBLEMA**

Segundo De Paula (2011, p. 8), “o universo populacional indígena em nosso país é heterogêneo, fragmentado e multifacetado”, isto porque, no Brasil, atualmente, há povos indígenas compondo desde pequenos coletivos com poucos integrantes, como no caso do povo indígena Matis formado por 390 pessoas, até outros compondo um número populacional maior, caso dos Tikuna com 36000 pessoas, aproximadamente. Esse universo indígena, no Brasil, é formado por 896.917 indígenas, de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Sendo que 324.834 vivem em cidades e 572.083 vivem em áreas rurais, em Terras Indígenas (TI) demarcadas ou em processo de demarcação. Ao todo, no Brasil, há 695 Terras Indígenas (ISA, 2010). Além disso, esse universo apresenta mais de 274 línguas e dialetos.

Cada povo indígena tem características particulares, culturas diversas, diferentes modos de pensar e agir, isso os diferencia tanto uns dos outros quanto dos não índios. E ainda, a maioria mora em zonas rurais, mas a cada dia a migração de indígenas para as cidades aumenta. Atualmente, existe uma grande polêmica na questão das políticas públicas indígenas quando se trata desses indivíduos que moram em áreas urbanas, isto porque a maior parte das políticas indigenistas está voltada para aqueles que estão em TI demarcadas. Essa prática estatal é reforçada pela visão da sociedade de que o índio é apenas aquele indivíduo que está na sua aldeia, no meio da floresta, o que reproduz o imaginário estético de indígenas cristalizados no tempo e selvagens.

Na Constituição Federal de 1988 (CF 88), foi garantido aos povos indígenas o direito a serem diversos. A partir desse direito constitucional, o Estado brasileiro, ao fomentar políticas públicas para esses povos, deve reconhecer e respeitar essa diversidade, pois com ou sem políticas a diversidade existe e é reforçada pelos próprios indígenas. Como as políticas indigenistas em sua maior parte tem como pré-requisito a questão da TI, os indígenas citadinos ficam em uma situação de invisibilidade frente à criação de políticas públicas diferenciadas. Nesse sentido, observa-se que o Estado brasileiro não cumpre com seu compromisso de incentivar a diversidade indígena no contexto urbano. De acordo com Quijano (2007), os Estados modernos apresentam um discurso multiculturalista para garantir direitos sociais, mas operam por meio de um “racismo reprimido”. A diversidade acontece dentro de limites impostos por esse Estado, a partir de sua definição do que deve ser um indígena. Existem alguns casos de reconhecimento de comunidades indígenas urbanas, como a Baía da Traição, na Paraíba, território tradicional dos índios Potiguara, na qual não existe

distinção entre índios urbanos ou não, fruto da organização e luta da população indígena citadina pela garantia de seus direitos (ISA 2014).

De acordo com Dominguez e Guimarães (2013), a partir da CF 88, os povos indígenas conseguiram consolidar suas demandas por meio da criação de um capítulo específico, VII – Dos Índios, inserido no Título VIII – Da Ordem Social. Além de terem o reconhecimento por direitos territoriais, os indígenas conseguiram ter o direito à diferença, isto é, o direito de serem diversos e de permanecerem como tais em meio à lógica estatal anterior que forçava o processo de homogeneização. Ainda, de acordo com essas autoras (op. cit), especialmente, nos artigos da CF 88 que se referem a essas coletividades, é possível perceber o uso do conceito de cultura e da noção de diversidade, cunhados pelas ciências sociais, em suas formulações. Tais noções expressam a mudança de perspectiva do Estado brasileiro que passa a se ver como plural, pondo fim a projetos voltados para a integração dos indígenas, os quais acreditaram que os mesmos estavam fadados a perderem sua identidade. Foi superada a ideia preconceituosa da incapacidade indígena e essas passaram a ser protagonistas de suas vidas, tendo maior participação na implementação de políticas públicas (op. cit.).

Diante desse fato, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) perde força, passa a não mais concentrar a atuação sobre os povos indígenas e diversos órgãos governamentais passam a atuar na arena indígena com programas específicos. Infelizmente, as políticas diferenciadas para povos indígenas ainda carregam preconceitos da política indigenista assimilacionista, tem-se hoje como pré-requisito que o indígena beneficiário de tais políticas esteja dentro de TI demarcada, conforme foi dito anteriormente. Desta forma, hoje, a população indígena urbana encontra-se vivendo em uma situação de invisibilidade perante o Estado e muitas vezes de marginalidade perante a sociedade. É diante deste panorama de ausência do Estado que surgiu o interesse em realizar esta pesquisa de forma a poder contribuir com identificação dos contextos e necessidades de indígenas urbanos em Brasília.

Os povos indígenas, também, apresentam preocupação com a saúde, com os serviços de saúde ofertados pelo Estado para eles e com condições como se encontram suas terapêuticas. Para entender a saúde indígena, é preciso imergir em suas narrativas e rituais, visto que toda a sua cultura influencia em sua saúde e a forma como lidam com seus corpos. Algumas doenças, para muitos povos indígenas, são causadas pela desarmonia entre humanos e poderes sobrenaturais, e estas devem ser tratadas pelas práticas nativas (BANIWA, 2006). Já as doenças dos "homens brancos", como a diabetes e os problemas cardíacos, devem ser tratados

pela medicina do homem branco. Trata-se de um encontro entre uma visão holística do corpo em oposição à prática compartimentalizada da medicina ocidental moderna. Os indígenas aceitam o tratamento com médicos ou em hospitais, pois reconhecem que necessitam em alguns casos. Querem, contudo, um atendimento hospitalar que permita levar a medicina tradicional junto e, principalmente o respeito a eles, que muitas vezes são vítimas de violência institucional nesses ambientes. De acordo com Guimarães et. al. (no prelo: 363), “no que se refere ao campo da saúde, esses grupos são alvos das iniquidades, isto é, desigualdades injustas no acesso à saúde. Os povos indígenas exemplificam esses segmentos os quais apresentam indicadores de saúde que demonstram piores índices com relação aos demais.”

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas pela ausência de doenças ou enfermidades e as Ciências Sociais na Saúde Coletiva, ao tratar dos processos de saúde e doença, é incisiva ao afirmar que as condições econômicas e sociais exercem um efeito importante sobre estes processos biológicos e, portanto:

“Da mesma forma, é sabido que muitos componentes da vida social que contribuem para uma vida com qualidade são também fundamentais para que indivíduos e populações alcancem um perfil elevado de saúde. É necessário mais do que o acesso a serviços médico-assistenciais de qualidade, é preciso enfrentar os determinantes da saúde em toda a sua amplitude, o que requer políticas públicas saudáveis, uma efetiva articulação intersetorial do poder público e a mobilização da população” (Buss, 2000, p.163).

Consonante com o pensamento de Rosa (2013, p. 11) “os indígenas possuem uma cultura própria, formas de cuidado específicas e uma busca de cura distinta do modelo biomédico”. Estes fatores podem gerar conflitos a partir do momento que estão no SUS, pois se deparam com uma abordagem e formas de tratamento, muitas vezes, incomuns para eles. Além disso, estão diante de profissionais de saúde que impõem uma barreira linguística, cultural e preconceituosa.

Indígenas de diversos estados do país se deslocam para o Distrito Federal, principalmente em busca de emprego, educação, atenção à saúde, esse deslocamento pode ser temporário ou definitivo. Dentro desse grupo, estão os estudantes universitários indígenas que saem de suas regiões para cursar o nível superior em faculdades públicas e privadas. Esses estudantes, de diversas etnias, saem de suas aldeias e chegam à cidade para estudar e se deparam com uma realidade diferente da que vivem em suas comunidades. Eles precisam aprender a viver em um ambiente distinto e lidar com situações como a solidão, dormir em um local diferente, não

encontrar sua comida típica, suportar a saudade pela distância da família e enfrentar preconceito e estigmas tanto no ambiente acadêmico quanto em demais espaços na cidade. Para superar essas dificuldades e concluir suas trajetórias no ensino superior eles necessitam de programas específicos como suporte acadêmico, ações de tutoria e orientação, recurso financeiro, entre outros, voltados especificamente para indígenas. Estes são aspectos essenciais para a permanência e um bom desempenho do estudante na universidade.

Percebe-se que o tema dos indígenas “urbanos” tem recebido cada vez mais atenção em virtude dos crescentes movimentos em diversos centros urbanos para o reconhecimento e garantia dos direitos desses povos. Este trabalho pretendeu analisar como determinado universo de indígenas, os estudantes da Universidade de Brasília, vivenciam este deslocamento da aldeia para a cidade e como eles criam estratégias de cuidado.

Existem muitos estudantes indígenas cursando graduação na UnB e nos interessou observar e analisar através do discurso, percepções e compreensões dos estudantes, como objetivos secundários do trabalho: como eles entendem o corpo, a saúde e a doença; se estão com suas famílias; se retornam periodicamente para suas comunidades; quando adoecem, quais procedimentos terapêuticos eles buscam; como entendem os procedimentos terapêuticos aos quais interagem, ou seja, perquirir sobre as condições de vida cultural- econômico- política e social.

Outros pontos relevantes que foram abordados neste trabalho são: conhecer o programa que inclui os estudantes na UnB e qual assistência lhes é dada e; saber como o SUS recebe esses estudantes que estão na cidade, que fazem parte da parcela da população indígena que está em espaço urbano; e ainda se em algum momento os estudantes indígenas já procuraram e utilizaram o SUS; o que pensam do SUS e quais problemas enfrentam na cidade.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa. A etnografia foi escolhida como método de pesquisa, pois possibilita a interação e a inserção nos espaços de sociabilidade dos sujeitos, através do contato informal e formal. De acordo com Deslandes (2012), a pesquisa social está interligada à história de seus objetos de pesquisa. Uma sociedade é o reflexo de seu passado, e age no presente baseada no que lhe antecedeu. Dessa forma, toda questão social é única, dinâmica e coerentemente justificada por suas vivências. A pesquisa qualitativa no âmbito da corrente compreensivista, marco desta pesquisa, busca entender os significados, as representações, os sentimentos e ações a partir dos fenômenos humanos. As vivências e experiências são formas de se obter essa compreensão.

Essa pesquisa faz parte de um projeto mais amplo denominado “*Sistemas médicos indígenas e o subsistema de atenção à saúde indígena: uma etnografia dos conflitos, negociações e complementaridade nos itinerários terapêuticos de povos indígenas*” coordenado pela Professora Sílvia Maria Ferreira Guimarães. Trata-se de um estudo desenvolvido principalmente em Brasília com o objetivo de compreender a realidade da atenção das políticas públicas de saúde para os indígenas residentes na cidade, indígenas “urbanos” ou cidadãos. O projeto conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), e quanto aos aspectos éticos, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP-IH) da UnB e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

A pesquisa social lida com emoções, valores e subjetividades, por essa razão ela adota métodos diferenciados das pesquisas das ciências naturais. Essa forma de pensar foi sendo construída desde o século passado e parece estar mais consolidada nos dias de hoje. Os métodos mais utilizados atualmente foram aprimorados através da prática, a exemplo de Malinowski (1976) que em suas pesquisas utilizou a observação participante, inseriu-se e vivenciou por um longo período de tempo, a realidade do seu objeto de pesquisa, conhecendo o seu modo de pensar, de viver e de entender as coisas, impregnando-se da mentalidade “nativa”. Para conhecer a realidade de um grupo a ser estudado o pesquisador deve, necessariamente, conviver em seu meio, penetrar em sua realidade social (GOLDENBERG, 2011).

Os sujeitos de pesquisa não foram definidos *a priori*, pois a forma de escolha dos participantes aconteceu por meio da inclusão progressiva. Nesta, não é estabelecido anteriormente o número de participantes. Ao todo foram entrevistados cinco estudantes indígenas que serão apresentados nas próximas seções. As entrevistas foram realizadas e quando os dados começarem a se repetir, elas foram interrompidas, seguindo o critério da saturação (DESLANDES, 2012). De acordo com Goldenberg (2011), o método qualitativo prioriza a profundidade das análises, a riqueza de detalhes dentro do objeto de pesquisa. Enxergar a questão a partir de várias perspectivas, então, é mais relevante do que a quantidade na pesquisa social.

Para a coleta de dados utilizou-se como técnicas: a observação participante, além de entrevistas semiestruturadas, por meio das quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre determinado tema. As entrevistas foram gravadas, com a prévia permissão dos entrevistados, depois transcritas e analisadas. A análise aconteceu por meio de unidades de significado, onde os dados foram discutidos a partir de unidades temáticas (MINAYO).

## **2.1 Em busca do campo: o início**

Cabem algumas palavras sobre como me interessei pelo tema e entrei em campo, trilhando um caminho de encontro permanente com os estudantes indígenas. No meu 3º semestre do curso de Saúde Coletiva tive a oportunidade de viajar para a cidade do Rio de Janeiro (RJ), e participar da Rio+20, através do Programa Institucional de Combate e prevenção da Dengue coordenado pela professora Dra. Clélia Ferreira Parreira, do curso de Saúde Coletiva da FCE - UnB. A Rio+20 foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. Este evento reuniu muitos grupos da sociedade nacional e internacional interessados na temática do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, estavam saindo da UnB alguns ônibus com destino ao evento no Rio de Janeiro, e um deles foi disponibilizado exclusivamente para os estudantes indígenas dessa universidade. Como havia algumas vagas sobrando, eu e outros estudantes não indígenas participantes de projetos que se aproximavam da temática do evento, fomos convidados para ir junto com eles, nesse mesmo ônibus. Foi combinada, então, uma concentração das pessoas que iriam viajar, para aguardar a saída do ônibus, que aconteceu na Faculdade de Saúde (FS), na UnB. No dia marcado, chegando ao local de encontro, já haviam pessoas reunidas

preparando-se para a viagem, dentre elas muitos estudantes indígenas. Eles estavam bem caracterizados, com pinturas corporais, instrumentos e acessórios indígenas. Logo percebi que nos próximos dias eu iria estar com um grupo diferenciado. Inicialmente, eu me senti deslocada, pois não conhecia ninguém, nem mesmo sabia que existiam estudantes indígenas na UnB. Aproximei-me, então, de duas estudantes indígenas que estavam conversando para pedir algumas informações. Elas foram muito simpáticas e tiraram as dúvidas que eu tinha. Este foi então o meu primeiro contato com os estudantes indígenas da UnB.

Durante a viagem, percebi que eles eram um grupo animado, cantaram muitas músicas conhecidas, de diversos estilos, dentre eles moda de viola, sertanejo e forró. Neste momento, muitos preconceitos, e estereótipos que eu tinha foram quebrados, pois eu tinha a visão de que o indígena era aquela pessoa que vivia apenas na aldeia, não falava a língua portuguesa, e muito menos cantavam músicas conhecidas. Durante a viagem, alguns deles sempre interagiam comigo e com os outros não indígenas, e assim fui me aproximando espontaneamente do grupo. Eles me acolheram e não impuseram barreiras a nossa presença.

Depois de horas de viagem, chegamos ao nosso destino, o local onde dormiríamos nas próximas noites: a Passarela Professor Darcy Ribeiro, popularmente conhecida como Sambódromo, localizado na Avenida Marquês de Sapucaí, nos bairros Centro e Cidade Nova, no Rio de Janeiro. Imediatamente nos deparamos com uma situação de superlotação no local, onde deveriam sair 400 pessoas por falta de estrutura, mas mesmo assim, acabamos permanecendo lá. Naquela semana, convivi com outras culturas, principalmente indígenas, e também com os mais variados grupos de movimentos sociais. Tive contato direto com pessoas relevantes naqueles grupos, conversei com lideranças e ativistas do movimento indígena, e então passei a participar ao lado deles das discussões e dos diversos atos que ocorreram naqueles dias. O cenário crítico em que nós ficamos alojados fez intensificar ainda mais esta experiência e criar uma cumplicidade entre o grupo. Inserida naquele contexto pude ver, ouvir e entender muitas de suas necessidades e demandas, pelas quais estavam ali mostrando e lutando para que fossem consideradas. Foi, então, que percebi o quão importante era o meu papel, como estudante de graduação em Saúde Coletiva e futura sanitarista, podendo observar aquele grupo de perto, perceber suas diferenças culturais, e analisar de que forma o SUS poderia exercer com plenitude seus princípios - universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação popular – nessa parcela diferenciada da população. Algo que, talvez, eu nunca parasse para refletir apenas dentro de uma sala de aula,

pois ali eu estava vivendo intensamente a organização de movimento social, apresentando suas demandas e debatendo suas ideias.

A partir dessa experiência me encontrei dentro do curso de Saúde Coletiva, e passei a me interessar e me envolver mais com as questões do curso, e com o tema Saúde Indígena. Depois de algum tempo entrei em contato com a professora Sílvia Guimarães procurando participar de algum projeto com a temática. Participei com um grupo de estudantes indígenas e não-indígenas orientado por essa professora de uma viagem à cidade de Boa Vista no estado de Roraima, onde realizamos um seminário na UFRR com os estudantes indígenas e não-indígenas do Prof. Marcos Pellegrini. Em Boa Vista, conhecemos lideranças indígenas Macuxi, Wapichana e Yanomami, e suas atuações no movimento indígena, os centros administrativos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas Yanomami e do Leste e a Casa de Saúde Indígena de Boa Vista. Foi, então, que a professora me inseriu no Projeto de Iniciação Científica “Sistemas Médicos Indígenas e o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena”, que foi a inspiração para esta pesquisa de monografia.

### **3. ENCONTRANDO TEMAS ASSOCIADOS NA LITERATURA**

#### **3.1 Indígenas na cidade**

A saúde indígena é um tema que vem ganhando força com o passar do tempo, e nas últimas décadas vem sendo mais debatido, impulsionado pelas garantias que a CF 88 e outras leis trazem a esses povos. E, também, pelos crescentes movimentos em diversos centros urbanos para o reconhecimento e garantia de seus direitos, movimentos estes legítimos, assegurados pela própria Constituição (1988, p. 60). De acordo com a Carta Magna no seu artigo 232: “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. Com isso, organizados em movimentos sociais, os indígenas pressionam o Estado brasileiro para que formule e desenvolva políticas para os povos indígenas levando em consideração as necessidades demandadas por eles. Elementos centrais nessas demandas é o direito à terra e o direito à diversidade, que necessitam de políticas diferenciadas.

No final do século XIX e início do século XX, o pensamento que se tinha a respeito dos índios era o de que eles iriam desaparecer, ou seja, se dissolver entre a sociedade não indígena. Esta mesma visão é trazida pelo Estatuto do Índio – Lei nº 6.001 de 1973, que trata o indígena como um indivíduo parcialmente capaz e em processo de integração. Depois de algum tempo, embora o Estatuto do Índio ainda hoje esteja vigente, esse pressuposto passou a ser revisto, pois a população indígena teve um crescimento elevado nas últimas décadas. Os principais responsáveis por essa mudança de pensamento foram os próprios índios, que passaram a se organizar e reconquistar direitos. O novo Estatuto dos Povos Indígenas encontra-se tramitando no Congresso Nacional e traz o novo olhar do Estado brasileiro para com os indígenas de acordo com a CF 88, pondo fim ao assimilacionismo e à tutela.

Segundo o Censo do IBGE 2010, a população indígena no Brasil é de 896,9 mil, que se distribuem entre 305 etnias, com línguas e costumes diferentes, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. Em 1991, eles eram 294 mil indivíduos, ou seja, a população indígena brasileira triplicou nas últimas duas décadas. No entanto, de acordo com Guimarães et al (no prelo), povos indígenas inserem-se em contextos de pobreza e aparecem com os piores índices relativos à saúde, o que se configura em práticas de violência do Estado brasileiro. Muitos avanços nas políticas de atenção aos povos indígenas ocorreram desde a promulgação da CF 88, como o direito de serem diversos, de ter

sua cultura respeitada e de autonomia para protagonizar no processo de legislação das políticas voltadas para eles. De acordo com Sousa (2012), com a criação da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI), em 1999, - que tem o propósito de garantir aos povos indígenas o acesso integral à saúde, para o qual segue os preceitos do SUS, visando contemplar a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de cada povo indígena - a saúde dos povos indígenas passou a ter mais atenção. Essa política, entretanto, foi pensada e está estruturada para os povos que vivem em TI, não contemplando a relevante parte de indígenas que vivem em áreas urbanas. De qualquer forma, foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), o qual está regulamentado pela Lei nº. 9.836, conhecida como Lei Arouca. Esta lei foi aprovada em 1999 e instituiu o SASI/SUS, tendo como base os Distritos Especiais Indígenas, mas da mesma maneira que a PNAPSI, não contempla os indígenas que estão na cidade. Vale ressaltar que não existe uma legislação específica que contemple os indígenas que vivem em áreas urbanas.

De alguma maneira essa parte da população indígena que não é abarcada no SASI/SUS, adentrará ao SUS, mesmo que como não índios, mas a questão é que eles não deixam de ser indígenas por estarem nas cidades. Os indígenas que migram para as cidades, por diversos motivos, passam a representar seus povos ali, e por isso, demandam também de atenção diferenciada, assim como os índios que estão em TI. Diante disso, é pertinente se falar em direitos que foram garantidos aos povos indígenas, e também na necessidade de que essa temática saia da marginalidade das políticas públicas e comece a entrar em discussão na pauta de todos os espaços de assistência e de formação em saúde (SOUSA, 2012).

Os motivos que levam os indígenas para contextos urbanos são os mais diversos: o estudo em escolas e universidades, a busca de recursos para cuidar da saúde, as dificuldades para manter seu espaço no meio rural, violência no campo, maior possibilidade de vender o artesanato e o crescimento das próprias cidades que, assim, estão chegando perto das terras indígenas, entre outros. Silva (2008) afirma que o índio que migra para a cidade acaba perdendo seus direitos, pois pelo fato de residirem em espaço urbano, não são enquadrados e reconhecidos como índios, nem por órgãos públicos, tão pouco pela sociedade nacional e nem mesmo, pelos próprios índios. Eles são invisibilizados e a identidade lhes é negada, pois, ainda há presente no imaginário social brasileiro uma visão preconceituosa de índio com “hábitos primitivos”: andar nu, viver com corpo pintado e usar cocar. Para Rangel (2011), este preconceito permanece intencionalmente pelo fato de que o reconhecimento deverá dar conta da garantia

de direitos aos indígenas nas cidades, uma classe hegemônica não aceita essa participação indígena. Enquanto isso não ocorre essas populações são marginalizadas e privadas de direitos.

### **3.2 Estudantes indígenas no ensino superior**

A CF 88, ao reconhecer aos índios no Brasil o direito à diferença, ou seja, um caráter pluriétnico no país, estabeleceu marcos menos desiguais para as relações entre o Estado e a sociedade brasileira, de um lado, e os povos indígenas, de outro.

A demanda dos povos indígenas pelo acesso ao ensino superior começou desde os anos 1980 e tomou forma nos anos 1990, quando as universidades públicas em todas as regiões do país iniciaram a discussão sobre programas de inclusão e acesso baseado em reserva ou criação de vagas a partir de um critério étnico-racial. No ano 2000, foi promulgada a primeira lei sobre reserva de vagas em universidades públicas, a Lei Nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais. A partir de então, uma série de iniciativas começou a surgir nas universidades das diferentes regiões do país. E com elas, uma grande resistência para a implantação desses programas em universidades públicas.

De acordo com Souza (2008), em diferentes regiões do Brasil, os estudantes indígenas relatam que há professores interessados, em alguns casos professores não vinculados aos cursos dos estudantes indígenas e que procuram desenvolver uma atitude positiva de interesse e apoio. Por outro lado, em diferentes contextos e situações, predomina uma forte convicção por parte de professores e alunos de que lugar de índio é na aldeia e que o ensino superior não é uma experiência que combine com a identidade indígena e, portanto, não deveria ser acessível a eles, pelo menos não enquanto quisessem permanecer vivendo como indígenas.

A FUNAI, até o final dos anos 1980, era a única responsável pela educação escolar indígena no Brasil, e desenvolveu ações de apoio aos estudantes indígenas do ensino superior nesse período. Contudo o número de estudantes indígenas que demandavam a educação superior era pequeno em todo o país. Assim, a FUNAI dava conta, através dos setores de educação em cada Administração Regional, de todo financiamento necessário para arcar com os custos destes estudantes. Nos anos 1990 então, começou a haver uma procura maior dos povos

indígenas pela formação acadêmica, com a motivação de que fossem formados mais profissionais indígenas para atuarem no contexto social e cultural de suas comunidades, e o ingresso de estudantes indígenas aumentou significativamente.

Nesta mesma época a educação escolar indígena da FUNAI foi repassada para o MEC, através do Decreto nº 26/1991, que atribuiu ao MEC as responsabilidades principais para a formulação e coordenação de uma política nacional de educação escolar indígena. A responsabilidade de manutenção das escolas indígenas ficou sendo das Secretarias de Educação dos estados. Ainda, assim, a FUNAI continuou apoiando os estudantes indígenas fora de suas aldeias, e através da Coordenação Geral de Educação (CGE) consolidou várias parcerias e convênios com universidades públicas e privadas destinados a entrada e permanência desses estudantes indígenas na universidade.

### **3.3 Convênio Fundação Universidade de Brasília e a FUNAI**

Desde 2004, a UnB vem recebendo estudantes indígenas, oriundos do vestibular específico, amparados pelo Convênio nº 01 Fundação Nacional do Índio- FUNAI/Fundação Universidade de Brasília-FUB-UNB que foi celebrado no convênio de cooperação, em 13 de maio de 2004. A UnB foi a primeira instituição a firmar um convênio com reserva de vagas para estudantes indígenas. Inicialmente, o processo seletivo visou a transferência dos estudantes indígenas de instituições particulares de ensino superior de Brasília para a UnB. Para isso, realizou-se um exame de admissão destes estudantes, e como resultado cinco foram aprovados e transferidos.

Houve uma segunda fase do convênio FUNAI/FUB-UNB, em 2005. Em parceria com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE), foi promovido o primeiro exame de vestibular específico para os estudantes indígenas, para preenchimento de 10 vagas em cursos na UnB: Medicina, Enfermagem, Biologia, Farmácia e Nutrição. Foram aplicadas provas em nove polos regionais espalhados pelo Brasil. As provas abordavam conhecimentos gerais, matemática e redação.

Para o ingresso dos estudantes indígenas no convênio FUNAI/FUB-UNB, era necessário que o candidato indígena apresentasse além dos documentos pessoais como comprovante de conclusão do ensino médio, histórico escolar, documentos pessoais como CPF, RG, etc. outros documentos: Declaração de auto reconhecimento, na qual é identificado o povo/ou a comunidade indígena a qual pertence; Declaração de compromisso de que atuará

profissionalmente em acordo ou no interesse dos projetos de seu povo e/ou comunidade; Documento de seu povo ou comunidade assinado pelas lideranças, ou mesmo de uma associação, organização indígena de sua região, que tenha CNPJ, reconhecendo-o como indígena.

Depois de algum tempo, passaram a ser ofertadas mais opções de cursos no vestibular, que foram solicitados pelas comunidades através de suas lideranças com a intenção de que fossem formados indígenas para atuação em áreas necessárias para a comunidade, foram eles: Engenharia Florestal, Agronomia e Ciências Sociais.

O convênio FUNAI/FUB-UNB previu a inclusão de 200 estudantes indígenas no período de 10 anos, mas esta meta não foi alcançada. Até o ano de 2009 entraram 40 estudantes, e neste ano, 2014, o convênio terminou sem que entrassem ao menos 100 estudantes. Em cada processo seletivo ingressaram 10 indígenas, e houve anos em que o Convênio não foi realizado, ou seja, o mesmo não aconteceu com periodicidade.

#### **4. RELATO DO DIÁRIO DE CAMPO: DELINEANDO OS SUJEITOS DESSA PESQUISA**

Em 2 de Setembro de 2014, realizei minha primeira entrevista com o estudante indígena do curso de Engenharia Florestal. Essa foi minha investida como pesquisadora, interessada em conhecer esse universo e saber desses estudantes quais estratégias de cuidado eles criaram para conseguir viver longe dos seus. Na próxima seção, quando serão analisados dados das entrevistas e observação, ele será definido como “A”. Ele é indígena da etnia Karipuna, do Amapá, tem 26 anos de idade, cursa Engenharia Florestal, e está no 10º semestre. Inicialmente, ele queria fazer o curso de Medicina, mas todos diziam a ele que era difícil passar no vestibular para esse curso. Então, acabou escolhendo Engenharia Florestal, por sempre ter tido contato com a floresta e por gostar da área. O estudante relatou que está feliz com o curso, apesar de ter dificuldade em algumas disciplinas. Sobre a área do curso em que ele quer atuar, disse que ainda estava em dúvida, que pensava em atuar na área de conservação, porque gosta muito, mas que a maioria dos professores na UnB não recomendava, por ser uma área que não dá dinheiro.

Para a entrevista, combinamos de nos encontrar no Ponto do Açai que fica na 308 norte, e assim foi. Quando cheguei, ele já estava esperando, então me sentei e começamos a conversar. Ao longo da entrevista percebi que ele já estava cansado, então perguntei se poderíamos marcar outro encontro, e ele concordou. Marcamos então na academia em que ele frequenta. Eu queria saber como os estudantes se inserem nesse universo, pois vários indígenas frequentam essa academia, eles brincam falando que tomaram conta do espaço. Queria saber como essa vida em grupo, de etnias diversas, de amigos, ocupam os espaços mais inusitados. Acreditava que seriam estratégias de cuidado, tendo em vista que a sociabilidade acaba por ser terapêutica, se considerarmos um sentido ampliado de saúde e não exclusivamente biológico.

Em 3 de Setembro de 2014, entrevistei um estudante indígena da etnia Potiguar. Ele será denominado como “B”, sua etnia está localizada na Paraíba, tem 24 anos de idade, cursa Engenharia Florestal, e está no 2º semestre. Passou duas vezes para o vestibular da UnB. A primeira vez pelo vestibular diferenciado para indígenas, e a segunda vez pelo vestibular sistema universal em 2014, para o mesmo curso. “B” conta que quando tinha onze anos de idade seu pai lhe deu um livro, dentro dele havia vários encartes e um era um tipo de teste vocacional. Ele fez o teste, e o resultado foi: Engenharia Florestal. Ele afirma que não foi o

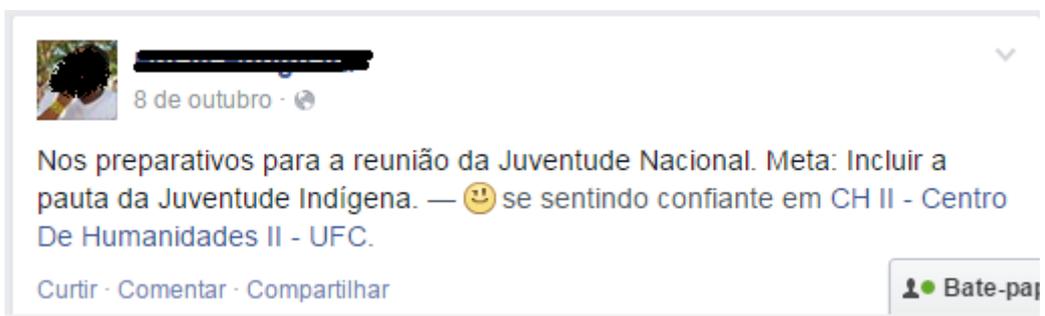
teste que mudou a sua vida, mas se interessou pela Engenharia Florestal desde criança. “B” afirmou que a área do seu curso a qual ele quer atuar é a de conservação, e que pensa em trabalhar, principalmente, com o manejo de madeira para o uso do carvão, porque o povo dele sobrevive basicamente do carvão, em algumas aldeias.

Para a entrevista, nós nos encontramos em frente a um quiosque que fica na 407 norte, por volta de 18h30min. O lugar era bem simples e quando cheguei já estavam sentados na mesa outros colegas indígenas dele e meus que também são estudantes da UnB. Eu me sentei junto deles e comecei a interagir. Falamos de muitas coisas, sobre a Universidade, sobre outros colegas, etc. Ele acabou me convidando para ir a uma festa junto com eles na sexta-feira (05/09) à noite, e eu aceitei. Neste meio tempo nós pedimos uma cerveja ao garçom, e eu fiz um pedido de comida, pois eu estava com fome. Depois, fomos para o apartamento onde ele mora que ficava bem próximo do local, para fazer a entrevista, pois estava chovendo e fazendo barulho no quiosque onde estávamos. O apartamento era médio, com dois quartos pequenos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Estavam lá outros três indígenas que dividem o apartamento com o estudante, eu cumprimentei-os e depois me sentei com ele para iniciar a entrevista. Ao longo das questões perguntei a ele se eu poderia utilizar o que ele posta nas redes sociais em minha pesquisa, e o estudante prontamente aceitou. Depois que terminamos a entrevista, me despedi de todos e fomos eu e uma indígena para o meu carro, ela mora na Candangolândia, que fica perto de minha casa, então ofereci carona para ela. No caminho para a casa, fomos conversando e eu perguntei a ela se ela sentia falta de algo e ela falou que sentia muita saudade da filha dela. Disse que no início era bem difícil, que toda vez que ela via a filha e depois tinha que deixá-la para voltar pra Brasília, ambas choravam muito, mas que agora elas já estavam se acostumando. Contou que na última vez que foi visitar sua filha e sua família, na aldeia, na hora de ir embora a filha não chorou, e isso mexeu com ela, pois ela percebeu como o tempo está passando e sua filha está crescendo. A maioria desses estudantes deixaram seus filhos, familiares na aldeia, alguns vieram com marido e filhos, outros não. Isso deve marcá-los mais fortemente, pois os laços familiares parecem ser mais significativos, é possível ver a importância desses, quando, no projeto com a Profa. Silvia Guimarães, fizemos atividades na Casa de Saúde Indígena do DF e lá encontramos os pacientes indígenas acompanhados de mais de um familiar. Em alguns casos, a família inteira está presente, mãe, pai e irmãos de uma paciente.

**Figura 1:** Postagem do estudante no Facebook.



**Figura 2:** Postagem do estudante no Facebook.



**Figura 3:** Postagem do estudante no Facebook.



**Figura 4:** Postagem do estudante no Facebook.



**Figura 5:** Postagem do estudante no Facebook.



Em 5 de Setembro de 2014, fui à festa que o estudante havia me convidado, estava ansiosa para vê-los nesse contextos e perceber os significados que davam a esses momentos e a necessidade de tê-los. Esta festa foi em comemoração aos vinte e sete anos do Sindicato dos Servidores Públicos do DF (SINDSEP-DF) e aconteceu num salão de festas de um clube aqui em Brasília, chamado Minas Tênis Clube. Ele havia conseguido vários ingressos e chamou a mim e outros amigos dele, indígenas e não indígenas, todos estudantes da UnB. A festa começava às 21h, mas antes disso fui me comunicando com ele por WhatsApp. Já eram aproximadamente 22h quando eu cheguei, fui caminhando em direção à entrada e lá encontrei dois estudantes indígenas da UnB, um cursava Biologia, e o outro cursava Ciências Sociais.

Conversamos um pouco, depois entramos e nos encontramos com o resto do pessoal. Estavam todos em pé, alguns estavam conversando entre si, outros apenas parados e mexendo no celular. Eles estavam bem vestidos e arrumados, a maioria das meninas estava usando vestido e salto alto. Uma delas usava brincos de penas, bem característico da cultura indígena e todas estavam usando maquiagem no rosto. Os meninos usavam calça jeans, blusa e tênis. Cumprimentei a todos e comecei a curtir a festa com eles, e também observar tudo o que acontecia. Reparei que o uso do celular era frequente, todos eles utilizavam o celular para diversas finalidades, tirar fotos, fazer ligações, e conversar no WhatsApp. Alguns deles por alguns instantes deixavam de socializar com quem estava próximo para conversar no WhatsApp. Alguns deles bebiam cerveja, outros bebiam refrigerantes. Houve um momento na festa em que começou a tocar samba, a partir de então fizemos uma rodinha e começamos todos a dançar, depois tocou forró e eles se animaram mais ainda. Dançamos então durante toda a festa. Observei que alguns dos estudantes indígenas namoravam não índios e estavam acompanhados por estes. Os estudantes indígenas são um grupo unido, gostam de dar risada, dançar, e estar juntos.

No contexto da Universidade, eles estão sujeitos a conhecerem pessoas, se apaixonarem e provocarem a separação de seus parceiros na aldeia, o que pode acontecer com qualquer pessoa. Entretanto, a vinda deles para a Universidade passa por um aval das lideranças indígenas e essas querem que eles retornem e trabalhem na comunidade, e voltem munidos de conhecimento para desenvolver ações que fortalecem o grupo local. Os encontros e desencontros na universidade podem levar esses estudantes para outros destinos, muitos ficam angustiados com essa pressão que sofrem. Alguns namoram estudantes de outras etnias, localizadas em estados distintos, e querem acompanhar seus novos parceiros. O fim do curso levará a decisões complicadas e prováveis conflitos com seus parentes e lideranças.

Em 11 de Setembro de 2014, marquei de me encontrar com uma estudante do curso de Medicina, “C” é indígena da etnia Macuxi-Wapichana, de Roraima, tem 31 anos de idade, cursa Medicina, e está no 11º semestre. Ela diz que nunca pensou em ser médica, mas que quando via a situação dos serviços de saúde em sua aldeia, dos atendimentos e da falta de médicos, isto despertou nela a vontade de contribuir para a comunidade naquela área. No mercado de trabalho, “C” pensa em atuar na área de saúde da família, pois segundo ela, é um conjunto de saberes e de práticas que não se restringe a uma área apenas, dessa forma ela pode atuar na comunidade indígena direcionada às diversas faixas etárias. Entretanto, a

estudante relatou que ainda está em dúvida quanto à área, pois também gosta muito da pediatria, mas acima de tudo, ela acha que uma área pode acrescentar à outra e que estas estão interligadas.

Para a entrevista, combinamos que eu a buscaria no HUB, hospital no qual ela faz o internato do curso de Medicina, às 14h. Encontrei-me com ela na entrada do hospital. Como estava fazendo muito calor decidimos ir para a FS, na UnB, procurar uma sala mais arejada para fazer a entrevista. Chegamos lá, e começamos a andar pela FS procurando um local, e ao mesmo tempo conversando. Ela me falou que aquele era o único dia que ela tinha a tarde livre, e que não tinha tempo para fazer muita coisa na semana, além das atividades da faculdade. Eu me senti um pouco sem graça por estar ocupando a sua única tarde de descanso, e falei isso pra ela, mas ela foi muito prestativa, e disse que não havia problema. Falamos sobre a sua irmã, que há pouco tempo se formou no curso de Nutrição na UnB e que já retornou para a aldeia onde moram, e disse sobre a vontade de concluir logo o curso, para poder, também, voltar para sua casa. Até que encontramos um funcionário da UnB, e pedimos a ele que abrisse alguma sala. Ele nos encaminhou para um pequeno museu, onde havia algumas cadeiras e um ambiente agradável. Daí então, começamos a entrevista que durou pouco mais de uma hora. Por fim, tiramos uma foto juntas e agradeci pela entrevista. Ela é da etnia Macuxi-wapichana, seu pai é uma grande liderança na área de educação indígena. Na visita que fiz a Boa Vista (RR) com a Profa. Sílvia Guimarães e os estudantes, fiquei na casa dela, na aldeia Tabalascada e pude conhecer de perto seu pai e com ele parte da história do movimento indígena de Roraima. Ela pretende retornar para a aldeia e trabalhar com seu povo, tem uma preocupação política como estudante e futura médica e um senso crítico sobre o seu curso e as possibilidades que poderá ter na comunidade.

Em 12 de Setembro de 2014, me encontrei com a estudante indígena do curso de enfermagem. “D” é indígena da etnia Tupinikim, do Espírito Santo, tem 41 anos de idade, e está no último semestre do curso. Na aldeia, ela trabalhava no posto de saúde, como auxiliar de serviços gerais. Surgiu, então, a oportunidade de fazer um curso técnico de auxiliar de enfermagem, e ela fez. Depois “D” passou a trabalhar no hospital e ao mesmo tempo na aldeia como técnica de enfermagem, e fez isto por nove anos. Ela conta que sempre quis fazer o curso de Enfermagem, mas não tinha condições financeiras para pagar uma faculdade. Assim, quando soube do vestibular indígena, ela fez a prova e passou. “D” enxergou isto como uma oportunidade única que não poderia perder. Então, pediu as contas do trabalho e conversou

com a família, disse que chorou, mas foi atrás do seu sonho. A estudante contou que o seu objetivo é trabalhar com a população indígena, com o povo dela, ou até mesmo com outro, pois acha que as comunidades são muito carentes na área da saúde. Ela disse ainda que pretende se especializar em saúde da família, e aprimorar o conhecimento nesta área, mas que também gosta da área hospitalar, e nesta gostaria de trabalhar com obstetrícia.

Para uma entrevista, marcamos de nos encontrar no Café com Letras, na UnB, próximo ao Banco do Brasil, às 14h. Eu já estava sentada lá quando ela chegou. Cumprimentamo-nos e ela se sentou ao meu lado. Percebi que ela estava com a aparência cansada, então não puxei muito assunto. Expliquei para ela um pouco do meu trabalho de monografia, e não demoramos a iniciar a entrevista. No meio da entrevista uma professora que faz parte da Diretoria da Diversidade (DIV) da UnB estava passando e se aproximou para cumprimentar a indígena. Nesse momento, começamos a conversar e então demos um tempo na entrevista. Elas falaram de assuntos polêmicos que envolviam os estudantes indígenas na universidade, o acompanhamento que tinham. Depois disso, pudemos concluir a entrevista. Quando terminamos, me ofereci para levá-la em casa. No caminho fomos conversando sobre o assunto que estávamos falando antes com a professora, e ela falou sobre muitas coisas que ela discordava na forma como algumas instâncias da universidade que lidavam com os indígenas conduziam as coisas. Ela é da etnia Tupinikim e me pareceu a partir da abordagem da Professora ser muito respeitada em suas opiniões.

Outro indígena que entrevistei, será denominado de “E”. Ele é indígena da etnia Puyanawa, do Acre, tem 24 anos de idade, cursa Ciências Sociais: habilitação em Antropologia, e está no 5º semestre. Escolheu o curso pensando que seria mais fácil para passar no vestibular. Em Brasília, fez a escolha por Antropologia, porque viu que estava inserido nesse mundo, no universo da Antropologia, dos povos indígenas. Este é o ramo que “E” quer seguir. Ele é poliglota, pretende fazer mestrado e doutorado em linguística, e estudar a língua de seu povo. Quanto ao mercado de trabalho “E” relatou que quer trabalhar com etnologia indígena voltada para povo Puyanawa, pois acredita que a área da Antropologia com relação ao seu povo ainda é muito pouco explorada. Ele está envolvido em pesquisa com saúde indígena e também está despertando o interesse para o tema dos direitos indígenas.

Esse relato é parte do meu diário de campo e trás o primeiro contato que tive como pesquisadora com esses estudantes, outros aconteceram. Muitos relataram o preconceito no ambiente acadêmico de colegas e professores, de não conseguirem acompanhar os cursos. A

escolha do meu tema de pesquisa, também, me fez ver o imaginário estereotipado que as pessoas em geral têm dos indígenas, pois, ao longo da pesquisa, quando contava para as pessoas a respeito do tema, muitas me perguntavam: “Mas eles falam a língua portuguesa?” “Eles usam roupas normais?” Não fazem ideia da complexidade desse universo, dos dilemas que vivenciam e das questões políticas que perpassam a vinda deles para uma universidade.

Outro questionamento que ouvi muitas vezes foi a respeito do uso de equipamentos eletrônicos, automóveis, etc. pelos estudantes indígenas na universidade. Esses tipos de dúvidas mostram como grande parte das pessoas desconhece a presença dos indígenas na universidade, e na cidade, e ainda tem a visão de que o indígena é totalmente isolado, e separado do resto da população não indígena. Os indígenas nas cidades têm mais acesso à internet e utilizam-na demasiadamente, pois isso os beneficia de diversas formas, não só na universidade para estudar e fazer trabalhos, mas como instrumento de comunicação, e de divulgação de sua identidade e cultura.

## 5. CRIANDO PRÁTICAS DE VIVÊNCIAS NA CIDADE: DINAMIZANDO TECNOLOGIAS DO CUIDADO DE SI

De acordo com Guimarães et al (no prelo:363):

“O Estado Moderno se estruturou com uma idéia de cidadão criada por aqueles que o conceberam, discriminando vários segmentos, estabelecendo hierarquias e desigualdades. Na aplicação e efetivação dos direitos e das políticas públicas, há moralidades perpassando essas que se revelam como extremamente excludentes. (...) Assim, agentes públicos criaram e criam sua idéia de cidadania a partir determinada moralidade, ética, estética, de juízos de valores etc, que estigmatiza e que está baseada em preconceitos que hierarquiza indivíduos e coletivos. Esse processo de moralização da cidadania é revestido de atos de violência, produz sentimentos de superioridade em determinados grupos e sofrimento em outros.”

A inserção dos indígenas no ambiente acadêmico é acompanhada desses atos de violência que os estigmatiza, diminui os seus saberes e práticas culturais e sua capacidade de estar ali. Nos termos discutidos por Foucault (2010), esses estudantes acabam cuidando de si quando passam a ser sujeitos autênticos, que situam seus complexos padrões de comportamento em suspeição, ou seja, todos os processos de estigmatização e violência que seus corpos, seus saberes e práticas sofrem nesse novo contexto, e assumem uma construção crítica e autônoma de si. Este trabalho pretende compreender como esses estudantes criaram mecanismos para cuidarem de si em tal ambiente. Nesse momento serão apresentados os resultados encontrados nas entrevistas e observação.

Para conhecê-los melhor foi discutido com os estudantes o tema da religião ou espiritualidade, pois muitos entendem a religião como algo dos não indígenas. Todos os estudantes declararam não ter religião. “C” disse que acredita no Deus de seu povo, mas que não chama isto de religião. A estudante falou:

“... eu creio numa força maior, que é uma família de deuses. Tem o maior que o Makunaimî, que criou tudo, ai tem o filho Insikirîn, e tem os filhos dele Anikê e Maruai” (“C”).

“B” relatou que já foi praticante de uma religião cristã, mas que isso não implicou deixar de fazer seus rituais e recorrer às práticas tradicionais indígenas, como os procedimentos de cura, utilização de chás, plantas, raízes, ser benzido, entre outras coisas. “B” explicou que:

“Eu já fui bem mais católico, mas assim, o que eu posso te afirmar é que por mais que o índio tenha religião, sempre que o bicho aperta, ele sempre vai procurar a espiritualidade dele. Tipo, o cara pode ser católico, evangélico e tal, mas se ele pegar uma doença,

principalmente doença, ele sempre vai recorrer ao rezador, ao curandeiro, ao ritual também. Por exemplo, não consegue ficar parado num ritual, se ver o ritual vai querer dançar. Porque algumas religiões passam isso contra né. Eu já ouvi um Potiguara dizer que não participava do ritual porque ele não estaria no meio dos escarneceadores” (“B”).

“E” afirmou que frequenta uma igreja evangélica em Brasília, mas ao longo da entrevista ele expôs que pratica seus rituais e tem as crenças indígenas de seu povo como premissas em sua vida. O tema da religião leva a discutir os seres sobrenaturais e míticos de seu universo, pois é isso que eles acreditam, por mais que alguns afirmem que frequentam igrejas e têm uma religião, eles enfatizam e apontam como central a espiritualidade de seu povo.

### **5.1 Da aldeia para a cidade: complexa rede de relações sociais e políticas**

Com relação à vinda para a cidade “B” e “D” sempre moraram na aldeia e vieram morar na cidade (Brasília) apenas quando passaram no vestibular, para estudar na UnB. Os outros três já haviam saído da aldeia para morar na cidade em outros momentos de suas vidas. “E” saiu da aldeia ainda criança, pois o pai era professor, e na época surgiu uma oportunidade para professores de rede rural cursar a faculdade na cidade, e outro motivo que os impulsionou também, foi que as suas irmãs haviam terminado o Ensino primário na aldeia, mas lá não tinha o Ensino fundamental, então “E” e suas irmãs acompanharam o pai.

“A” saiu da aldeia na adolescência para fazer o 1º ano do Ensino Médio na cidade. Seu pai quis que ele fosse estudar em Brasília, pois achava que o ensino era melhor. “A” tinha irmãs por parte de pai morando em Brasília, então ele foi morar junto delas. “C” morou na aldeia até 10 anos de idade, e depois foi para a cidade fazer o Ensino Médio. Alguns dos estudantes (“C” e “E”) voltaram a morar na aldeia depois de um tempo, e “A” foi morar no Amazonas, mas continuou retornando periodicamente à aldeia e mantendo o vínculo com a comunidade.

Todos os estudantes vieram para Brasília quando passaram no vestibular da UnB, para estudar. Atualmente, todos eles moram na Asa Norte. “A” e “C” moram com suas famílias, e os outros estudantes dividem apartamento com outras pessoas, bem como as despesas de aluguel, água, luz, e outras. “A” mora com seu filho e sua esposa; “C” mora com seus dois filhos e marido; “B” mora com mais quatro pessoas, sendo 3 delas indígenas, também estudantes na UnB, num apartamento cedido pela universidade temporariamente; “D” mora

com uma colega peruana que também faz enfermagem; e “E” mora com mais 7 estudantes da UnB, um indígena, 5 africanos, e um rapaz de Brasília.

Todos os entrevistados entraram na UnB através do convênio UnB/ FUB/ FUNAI. Ao questioná-los sobre o que eles achavam do método pelo qual entraram, “B” afirmou que na opinião dele é o melhor método para a entrada de indígenas, pois entrando pela lei de cotas para pessoas de baixa renda, aprovada recentemente pelo STF, terão de concorrer com negros, estudantes de escola pública, deficientes, entre outros de baixa renda. Para “B”, nesta lógica, em termos populacionais, os indígenas acabam sendo excluídos do processo, pois não têm quantidade populacional para concorrer a uma vaga de igual para igual.

Para “A” e “E”, o convênio foi adequado no momento em que ele foi criado, mesmo tendo vagas limitadas. “A” destacou que historicamente, não havia presença expressiva de indígenas no Ensino Superior, e algumas áreas eram muito carentes para eles, como Medicina, Engenharia Florestal e Agronomia. Quando perguntamos se o convênio deveria continuar “A” respondeu que:

“Sim, acho que deveria continuar porque como é um convênio diferenciado, além dessas cotas de 50%, ele acrescenta, porque é para o indígena que está morando na aldeia e não o indígena que mora na cidade. Quando você tem o indígena que mora na cidade e ele se forma, ele vai ser um profissional a mais, raramente vai ser um profissional que vai atuar nas áreas de base onde necessita. O diferencial desse convênio é isso, trazer alunos que vão se tornar profissionais que tem o conhecimento da base, o aluno que mora na aldeia, que sabe a realidade, então ele sabe o que vai precisar aprender para ele passar” (“A”).

“C” e “D” consideraram que o método poderia ser melhorado, mas que foi um bom começo. “D” declarou que para ela o método do convênio não dava a mesma oportunidade para todos os indígenas, pois não houve polos para realização da prova do vestibular na região sul, onde existem muitos indígenas. O local mais próximo para eles seria no sudeste, que é muito distante.

“C” alegou que o objetivo do convênio era que, em 10 anos, houvesse 200 indígenas dentro da Universidade de Brasília, mas o convênio completou o tempo de vigência, e esse número não foi atingido. A estudante acusou:

“Não entraram 200, porque eles não fizeram periodicamente o vestibular, não foi todo semestre. De 2006 foi o primeiro, o outro só

foi ter em 2008, ai ficou uma falha. Ficou um período longo sem ter. Acho que se entraram 100, foi muito. E desses 100 teve um grande problema para muitos permanecerem. Acho que permaneceram 70%. E dos 70% temos que ver quantos estão tendo condições de chegar à conclusão, porque às vezes permanecem, mas permanecer não quer dizer que você vai concluir né” (“C”).

Quanto ao acolhimento que receberam na UnB, “A” contou que, em 2009, quando entrou na universidade, o acolhimento aconteceu por parte dos alunos indígenas que entraram antes dele, e de alguns professores, mas que a maior parte dos professores não sabia que havia estudantes indígenas em sala de aula. Segundo “A”, não havia acolhimento diferenciado na universidade, isso só começou a ser pensado no final de 2009, quando o professor “X”, que foi coordenador dos indígenas, começou a trabalhar por políticas diferenciadas. “A” exemplificou: a partir de 2011 iniciou-se uma monitoria diferenciada para os indígenas, os alunos indígenas que tinham dificuldades em algumas disciplinas procuravam por algum colega que havia passado nela e que a entendia melhor, e o coordenador dos indígenas conseguia uma bolsa para que esse aluno fosse monitor.

“B” entrou na UnB também em 2009, e relatou que o acolhimento que recebeu na época não foi tão diferente do que se tem hoje. Percebeu que a universidade não tinha preparo pra lidar com os estudantes indígenas e não assumia o papel de recebê-los, passaram então a responsabilidade para a FUNAI, e um dos fatores que mais pesou foi a moradia. “B” contou que:

“Com a FUNAI então, pelo menos comigo, e com mais dois que vieram também junto, e que não ficaram, devido a, também, não se adaptarem na cidade, não sendo bem acolhidos, que foram dois rapazes Bororos, era o Valdir e o Fábio Junior, os dois da Agronomia, justamente porque não tinha um acolhimento. A FUNAI não tinha ninguém, pelo menos no meu caso, eu vim de ônibus, na Rodoferroviária, antes né, e quando eu cheguei aqui não tinha ninguém me esperando. Eu cheguei, eu tive que ligar pra FUNAI ir lá, ligar pras lideranças, e eles ligaram pra cá, pra alguém me buscar na rodoviária. Foram me pegar, quando chegaram, me colocaram numa pousada, e a gente pagando a pousada, era 40 reais na época, por dia, e com o prazo de uma semana pra você encontrar um lugar pra você ficar. Então a FUNAI passou assim: “Você pode ficar durante uma semana e consegue um lugar pra você morar”. E ai onde é que você vai morar? Se você não conhece ninguém, se tudo depende de fiador

em Brasília, aluguel? Então assim, acolhimento: zero. Nesse quesito não aconteceu. Isso foi uma das coisas que sempre lutamos enquanto grupo indígena pra tentar mudar essa questão do acolhimento. Teve um período que a universidade pegou esses indígenas, os calouros que chegaram e levaram para o Minas (Tênis Clube), deixaram acho que foram três meses se eu não me engano. A universidade pagou para eles ficarem lá, pra se adaptar, conseguir lugar pra morar e tal, etcetera. Então assim, nessa época houve acolhimento, mas na minha época não. E a única forma que foi feita comigo foi pegar e fazer a matrícula, e só” (“B”).

“B” contou que os estudantes indígenas que entravam tinham que pegar inicialmente três disciplinas básicas, para passarem por uma espécie de adaptação: Química Básica, Leitura e Produção de Textos e Biologia Geral. Muitos dos estudantes achavam isso ruim, porque era uma coisa imposta, mas “B” disse que via essa adaptação como algo crucial, principalmente para a unificação do grupo, pois os estudantes pegavam disciplinas juntos, estudavam juntos, e acabavam criando laços. Essas disciplinas serviam então para integrar o grupo. Segundo “B” essa era a única coisa que a universidade chamava de acolhimento. E continuou acontecendo até o último ingresso de estudantes.

Para “C”, não houve acolhimento e a universidade não estava preparada receber os indígenas culturalmente e nem logisticamente. Ela passou no vestibular em 2007 e disse que o único apoio que tinham na cidade era o benefício de R\$900 que a FUNAI se comprometeu a custear mensalmente para cada estudante, mas este apoio, apenas financeiro não foi suficiente, pois muitos estudantes foram embora no primeiro semestre por causa das dificuldades. A estudante destacou ainda que houve um choque cultural para os estudantes, e que os primeiros a chegar sofreram muito, até mesmo para conhecer a universidade, pois não sabiam onde eram os locais de aula, não entendiam as siglas e por isso perderam muitas aulas. “C” relatou que há muitas histórias de estudantes indígenas que passaram manhãs inteiras andando no “minhocão” (ICC Sul e ICC Norte) de cima a baixo procurando as salas, e não achando acabavam não indo às aulas. De acordo com ela são coisas simples, mas que foram grandes obstáculos quando eles chegaram. “C” contou o que sentiu quando veio morar aqui:

“É muito estranho, é outro mundo. Quando eu cheguei aqui, que eu vinha da aldeia onde tudo é livre, espaço, nada é restrito, você não tem tantos limites de espaço mesmo, geográficos. Como a minha irmã e meu marido vieram antes, eles já tinham alugado o apartamento que a gente ia ficar, eu já tinha entrado em um apartamento, mas nunca tinha

morado. Eu era acostumada com a casa de palha, que é alta. O apartamento tem a laje, é diferente a estrutura. Quando eu entrei e vi, eu me senti sufocada. Eu queria ir embora naquela hora, aí eu falei: Vou lutar. A primeira noite eu pensei em ir embora, no outro dia eu falei: Não vou aguentar morar aqui. Aí ele (o marido) falou: Não! Pensa. Você vai acostumando. A gente só vem pra dormir, a gente passa a maior parte do dia fora. Eu estava com o bebê, que era meu primeiro filho, aí ele chorava. Nossa! Era um eco. Eu achava que eu ia perturbar as pessoas, os vizinhos. Eu tinha essa preocupação também. Eu achava que eu não ia aguentar. O primeiro semestre foi bem pesado pra acostumar. Durante vários anos eu pensei em ir embora, mas no primeiro foi o que ficou mais pertinente. Quase toda noite quando eu ia dormir eu pensava em ir embora” (“C”).

“D” confirmou, assim como “A” e “B”, que em 2009, ano em que ela entrou na UnB, não houve acolhimento. Relatou que foi para Brasília sem conhecer a cidade, e sem conhecer ninguém e que quando chegou esperou muito tempo pelo carro da FUNAI, que a levou para uma república na Asa Norte, onde já estavam outros colegas indígenas. Lá eles se apresentaram e se conheceram melhor, mas não houve uma pessoa da UnB ou da FUNAI que foi até lá para conhecê-los e instruí-los melhor. “D” contou que nesta república eles compravam comida, e preparavam. Quem tinha dinheiro, contribuía e quem não tinha, comia assim mesmo, e assim, um foi ajudando o outro até o mês que saiu a bolsa. “D” explicou que:

“Nos primeiros dias nós ficamos muito perdidos, porque não sabíamos onde eram as coisas, não sabíamos onde eram as salas. Você chegava à sala, não era naquele lugar, e você ficava rodando, perguntando, procurando. Até a gente se encontrar demorou uns dias” (“D”).

“E” passou no vestibular do 2º semestre de 2012, e diferente dos outros estudantes indígenas, achou que o acolhimento foi muito bom, pois quando chegou ao aeroporto o professor coordenador dos índios estava lá com mais outros alunos para receber e acolher a ele e outros indígenas que estavam juntos dele, e depois os encaminhou para o Minas Tênis Clube de Brasília, onde ficaram hospedados durante 2 meses. “E” explicou que:

“Eu acho que nós fomos bem acolhidos, principalmente no meu curso que é Ciências Sociais habilitação em Antropologia. Eu vejo que quando você é um indígena num curso como esse, você se torna tipo uma celebridade. Eles querem explorar você, eles querem arrancar coisas de você. E no meu curso eu fui muito bem acolhido, por alguns professores também. Eu tive um professor, o Luiz Caion, que me acolheu muito bem, até porque ele já trabalhava com indígenas na

Colômbia. Até agora no meu curso em relação a preconceito, discriminação, até agora não. Agora, eu não posso falar quanto aos outros colegas, dos outros cursos” (“E”).

Todos os estudantes afirmaram receber uma bolsa do MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com benefício de R\$900,00 ao mês.

De acordo com “C” a FUNAI provia essa bolsa desde o início do convênio, mas como este chegou ao fim, não há mais esse provimento por parte da FUNAI. Foi criada uma política pelo MEC, independente do convênio. Com a criação de muitas ações afirmativas que favoreceram a entrada de indígenas nas universidades, então eles pensaram uma política que ajudasse na permanência, assim essa bolsa passou a existir.

Segundo “B” a FUNAI hoje, arca com as passagens de ida e volta dos estudantes indígenas para as suas aldeias nas férias, mas que isso aconteceu depois de muita pressão das comunidades.

“A” contou que ganha algumas bolsas de projetos na UnB: do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que é um trabalho diferenciado com os indígenas que têm dificuldades com algumas disciplinas; do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, (PIBIC); e de outros projetos de extensão dentro da área de Saúde Coletiva na FS, como o Ambulatório de Saúde Indígena. “A” disse que abriu mão de algumas bolsas, como o Reuni, porque achava que para ele já era suficiente.

“B” afirmou receber auxílio da UnB, o bolsa alimentação, e que iria receber pecúnia para pagar aluguel. Também contou que recebe bolsas de projetos na UnB como PET-Saúde Indígena, e do projeto de extensão Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI). Quanto à suficiência do auxílio financeiro para viver em Brasília, “B” disse que considera insuficiente, pois em Brasília o custo de vida é muito alto, principalmente na questão da moradia. “B” explicou:

“... e você acaba vindo pra cá, você não conhece ninguém, não tem fiadores, não tem familiares, você acaba se submetendo a ter que viver em condições muitas vezes precárias, subumanas. Já teve época de morar 6 pessoas em uma quitinete de 25 m<sup>2</sup>, que se você dividir vai dar 2 metros pra cada um viver né. Mas você se submete a isso pelo fato de que, ou você vai morar bem longe da universidade, pegar dois ônibus pra chegar até a universidade, sair de casa 5 horas da manhã e voltar 9 da noite, isso todo dia, pegando duas horas de trânsito, enfim,

o estresse para pagar um aluguel razoável, ou você vai ter que morar perto e se submeter a essas condições, que muitas vezes não tem nem uma cama, tem só um colchãozinho pra dormir no chão, porque o auxílio não dá né” (“B”).

“C” disse que não recebe nenhuma bolsa de projeto na UnB, e explicou que é difícil viver na cidade apenas com o valor do auxílio financeiro do MEC:

“Viver na cidade é diferente de viver na aldeia. Tudo é comprado, não tem nada de graça, tudo gira em torno de um capital. Então assim, é com dificuldade que você vive com esse valor, porque pra você se alimentar, e no meu caso alimentar a família, se manter, comprar o que precisa pra estudar. É bem complicado, esse valor não é suficiente. Durante muito tempo, até a metade do curso, a gente viveu só com esse valor, mas como eu morava com a minha irmã, a gente dividia o aluguel, já amenizava. Outras pessoas já moraram com a gente, do grupo indígena também, outras amigas. Então nessa parte do aluguel amenizava, porque quanto mais pessoas morando, mais barato fica” (“C”).

“D” falou que recebe uma bolsa de projeto na UnB, do ProIC, e que com o auxílio financeiro do MEC mais a bolsa do projeto é possível apenas sobreviver na cidade, isso porque ela não sai no final de semana, e só gasta dinheiro com alimentação. Afirmou que o dinheiro é muito pouco, e explicou:

“Você tem que saber se controlar, porque as coisas são muito caras, tudo você tem que comprar. Uma fruta você tem que comprar. Coisas que na aldeia você não precisa. Comprar limão, essas coisas. Temperos. Tudo você tem lá. Aipim, abóbora, lá tudo tem com muita fartura. Aqui tudo você tem que comprar, tudo precisa de dinheiro. Eu almoço todos os dias no R.U, isso ajuda, porque se você for almoçar fora o dinheiro não dá” (“D”).

“E” falou que recebe auxílio moradia da UnB, e participa também de dois projetos na UnB, o ProIC e o PET-Conexões de saberes do Departamento de Música (UnB). Disse que gosta muito de fazer parte desses projetos, pois estes estão ensinando a ele muitas coisas, principalmente sobre as políticas indígenas. “E” afirmou que os auxílios que recebe juntamente com as bolsas de projeto estão sendo suficientes para ele, mas que já passou muitas dificuldades anteriormente:

“... para eu atuar na cidade eu comprei uma moto. A parcela dessa moto era R\$242. Para comprar essa moto eu fiz um pequeno empréstimo, que tinha parcela de R\$82. Aí imagina só você se virar para pagar a parcela de uma moto, pagar a parcela do empréstimo, pagar o aluguel, se virar aqui em Brasília e mandar dinheiro para o

filho? Eu passei situações aqui que eu não gosto nem de lembrar, sinceramente. Só que assim, os meus colegas me ajudaram muito, o meu colega o Iuri, a gente ingressou juntos nas Ciências Sociais. Ele comprava as apostilas para mim, me dava uma ajuda financeira. Ele é indígena, também faz Ciências Sociais. O meu pai também às vezes mandava. O pessoal dos outros cursos tinham alguns textos em inglês que eles pediam para eu traduzir, mas mesmo assim com tudo isso a dificuldade era enorme. Para você ter uma ideia teve dia de eu comer um miojo o dia inteiro, porque eu não tinha de onde tirar (dinheiro)” (“E”).

Todos os estudantes afirmaram que não trabalham. Alguns explicaram que não têm tempo para conciliar trabalho e estudos.

Sobre a relação com os professores, “A” afirmou que o seu curso - Engenharia Florestal - é muito bom, que os colegas são agradáveis, receptivos, e os professores também. Disse que nunca teve problemas com professores do seu departamento, e que alguns deles são curiosos, perguntam sobre várias coisas, do conhecimento das florestas, das ervas, etc. Quanto à relação com o professor coordenador dos indígenas na UnB “A” definiu como muito boa, e contou:

“... Ele conversa muito com a gente, ele é muito carinhoso. Trata praticamente como filho assim. Ele pergunta se a gente tá bem, como tá a família, como estão as disciplinas, no que a gente tem dificuldade no dia a dia. Tratamento mesmo de amigo. Ele entende a gente, ele vai atrás. E hoje, como ele é coordenador, ele pesquisou muito e ele vê as nossas diferenças culturais. Vê o que atrapalha a gente. Não é só a dificuldade de ter um ensino de base, são várias coisas. Ficar longe da família, você estar com um pessoal que não entende o seu modo de ser, você ter a dificuldade por ter tido um ensino de base ruim...” (“A”).

“A” disse que gosta da vivência que a universidade proporciona, e que seu curso tem muitas coisas boas, que ele consegue associar com o que é feito na aldeia. “B” relatou que até então sua relação com o curso, colegas e professores foi boa, disse também que tem muitos amigos, e que há pessoas que o ajudam muito na universidade. “B” explicou que pelo fato de ter vindo da aldeia, onde a relação com a natureza é forte, e cursar Engenharia Florestal, os outros colegas e professores acabam querendo saber como é a visão do indígena, por exemplo, como é o nome de certa árvore, ou para que serve aquela árvore na aldeia, e que isso acaba dando um reconhecimento positivo ao estudante. “B” contou:

“Tinha um professor, o Manoel Cláudio, ele dá aula ainda, dá aula de hidrologia, que é o estudo das árvores, toda vez que ele dava aula de

campo, ele falava assim: agora quem vai falar são os índios, ‘Explica porque isso é assim na sua comunidade’. Acabava dando uma importância por ser diferente, e ele queria saber também o que a gente achava, o que a gente sabia. Então além do saber científico, ele queria saber as questões culturais, ou tradicionais daquela determinada árvore, o uso, como é que se fazia, qual o nome se dava, como é que plantava. Tudo isso interessava ele. Isso é legal, era um professor que se colocava no lugar de aluno naquele momento pra aprender também com os outros” (“B”).

Segundo “B”, o bom de estar na universidade, e na cidade é que ele e os outros estudantes indígenas estão aprendendo a conviver com outras realidades, diferentes das suas. “B” citou ainda a vivência que a universidade proporciona, e explicou que isso vai ser bom para o povo também no momento em que ele voltar e passar a sua visão para as pessoas na aldeia:

“É como se fosse num joguinho, e tirasse você daquele jogo e colocasse você pra assistir todos os jogadores ali, e depois você voltar de novo e começar a jogar também. Então, o bom é que vai dar essa visão, essa visão de fora do que acontece na comunidade” (“B”).

“C” afirmou que nunca teve conflitos nem com colegas, nem com professores, explicou que a relação que tem com eles não é de amizade e de intimidade, mas é cordial, cada um em seu lugar. A estudante disse que com algumas pessoas ela tem mais abertura e consegue dialogar mais, e contou:

“Alguns têm curiosidade, são poucos, mas se me perguntam eu sempre falo da minha origem, do meu povo, o que eu penso, do porque eu estou aqui. Muitos perguntam por que eu estou aqui, se é para eu me tornar mais uma médica. Quando eu falo que sou indígena todos perguntam se eu sou venezuelana, ou boliviana, qualquer outra origem, menos indígena. Ai eu falo: eu sou indígena. Eles falam: mas de onde? Eu falo: do Brasil. Porque eu sempre falo que sou indígena, não falo que sou brasileira. Ai uns falam: não sabia que tinha indígenas que saem da aldeia. Todo aquele mito que fazem com os indígenas né, que vivem lá no meio da selva, que vivem de antropólogos, a nossa origem que é diferente e a cultura, mas não quer dizer que somos E.T” (“C”).

“C” disse que sua relação com o professor coordenador do grupo indígena na UnB é boa, e explicou:

“Acho que foi o coordenador que mais apoiou, quer dizer, todos apoiaram, mas o problema é que muitos não sabiam como lidar com o grupo, com tanta diversidade. O próprio grupo é outra diversidade, etnias diferentes, pensamentos diferentes, às vezes até ideais

diferentes. Não é porque a gente é um grupo indígena que todos vão ter os mesmo ideais. Então assim, outros que estavam nessa função não souberam lidar com isso, talvez tenha faltado até a maturidade. Não foi culpa da pessoa, ela não tinha experiência. Isso não é uma coisa que alguém vai ensinar. Tem que ter afinidade. Acho que ele foi o que ficou mais tempo, porque ele soube ouvir, soube falar como precisava. Minha relação com ele é boa” (“C”).

Quanto ao que “C” está aprendendo de bom na universidade, ela disse que é o lidar com a diversidade, a superar novos obstáculos, pois ela acha que adquirir conhecimentos faz parte da vida, todos os dias nós como pessoas temos isso, mas lidar com opiniões diferentes, com a diversidade nem sempre, e explicou:

“Porque lá (na aldeia) as pessoas são diferentes, mas ali é o meu povo, estamos juntos pelos mesmos objetivos. Aqui não, é bem diferente. Então isso eu vou levar para o resto da minha vida, eu amadureci muito. Acho que se eu não tivesse saído da aldeia para cá, isso que eu aprendi durante o período do curso, que vão ser 8 anos, lá (na aldeia) eu ia levar, talvez, uma vida toda para aprender a lidar. Eu já aprendi muito, me sinto muito mais madura” (“C”).

“D” relatou que sua relação com o curso e com as pessoas na UnB é boa. A estudante disse que sempre conversa bastante com seus professores e que eles a tratam muito bem. Para ela, cada professor, com seus conhecimentos, ajudaram muito em sua formação. “D” afirmou que vai sentir muita falta da UnB quando voltar à aldeia. “D” comentou que sua relação com o professor coordenador do grupo indígena é de respeito, mas não de confiança, pois houve algumas situações em que ela acabou se decepcionando com ele. Quanto ao que ela está aprendendo de bom na universidade “D” disse:

“... Muita coisa. Têm coisas que eu não tinha noção, tipo no corpo humano de como aconteciam. Eu não tinha noção de como fazia a síntese de proteína, eu não tinha noção de como era o trabalho do coração, não tinha noção de como funcionava os rins, e hoje eu sei como funciona e se não funcionar bem ao que leva, quais os sinais, quais os sintomas. Então essa parte da fisiologia, que é uma parte que eu acho muito bonita, é uma das coisas que eu sou mais apaixonada, e que eu estudo mais. Eu gosto muito de entender essa parte. Só a UnB mesmo para trazer essa coisa para eu aprender, porque eu nunca imaginava. Vou levar isso e também, eu conheci outras pessoas, conheci algumas dificuldades, e amanhã, lá na frente se eu passar vou dizer: isso é pequeno perto do que eu passei. Aprendi a ser mais forte, para superar mais coisas” (“D”).

“E” relatou que se dá bem com os colegas e professores na UnB, que os professores gostam dele, e quando eles veem que os trabalhos estão complicados sempre o ajudam. “E” afirmou que tem uma relação distante com o professor coordenador dos indígenas, e explicou:

“... Eu não converso muito com ele, mas é um cara bacana. Tem outros que são bem próximos dele e tudo mais, mas é porque eu vejo que eu sou um cara mais afastado mesmo. Então eu não posso dizer que a minha relação com ele é “as mil maravilhas”, mas não é nem por conta que eu não goste dele. Eu vejo também que ele não procura. Logo no começo quando eu precisei de ajuda, eu me inscrevi num programa de iniciação científica com ele, e ele não me ajudou. Então eu preferi manter essa distância” (“E”).

“E” disse que está aprendendo muitas coisas boas na universidade, e citou os programas de iniciação científica os quais participa, como uma das oportunidades que contribuem para o aprendizado dele. “E” contou que quando chegou à universidade não tinha muitos conhecimentos sobre o uso da informática, e que hoje já conhece bem.

Sobre morar em Brasília, “A” relatou que não gostava de morar em Brasília, mas que passou a gostar e que já tem vários amigos na cidade. Disse que não gosta do Plano, mas que já morou em Taguatinga e achou muito bom, pois para ele lá é uma cidade de verdade, onde se vê a mistura do povo. Já “E” e “B” disseram que não gostam de morar em Brasília. “B” definiu Brasília como “a cidade da doença”, pois acha que é muito monótona e estressante. “C” disse que se acostumou a morar em Brasília, mas se fosse para escolher não moraria aqui. “D” disse que não gosta de morar em Brasília, e explicou:

“A gente aguenta porque tem que ficar, por causa do estudo, mas eu já me acostumei aqui. No começo foi muito difícil, eu chorava quase todo dia, mas agora eu já me adaptei. São mais tristes os primeiros dias, quando você chega em casa fica numa solidão. É chato. Eu já me acostumei com essa vida de ficar longe de casa, mas eu fico contando os dias para ir embora, porque a gente fica muito sozinho, não tem outras pessoas. Final de semana todo mundo tem sua família, e você não está com a sua família, sempre está faltando um pedaço de você. E a gente tem que aguentar porque se a gente quer conseguir alguma coisa tem que suportar a saudade de casa, essa coisa de estar com a família. Às vezes, também, eu fico preocupada se está todo mundo com saúde, se está todo mundo bem. Já teve tempo que a minha filha estava doente e o pessoal lá de casa não falava para mim, porque se falasse eu iria ficar preocupada, e eu poderia ter baixo rendimento. Então você liga e pergunta (para a família): e ai está tudo bem? Ai eles falam: Está. Mas você nunca sabe se é verdade, porque tiveram vezes que eu estava aqui, minha filha estava doente, só que eles não falavam para que eu não me preocupasse, mas eu peço a Deus toda hora para

que todo mundo fique bem, para eu ficar em paz, porque a gente fica muito preocupado se tem alguém doente” (“D”).

“A”, “B”, “C” e “D” disseram que preferem morar na aldeia a morar na cidade e “E” expressou preocupação quanto ao mercado de trabalho:

“... porque eu vejo que na aldeia não tem portas abertas. Porque quando eu terminar os meus estudos eu vou precisar de um emprego. Eu vejo que na aldeia, e no Acre ainda, não há portas abertas para essas áreas. A não ser que eu consiga algum contrato pela FUNAI, para eu morar na aldeia mesmo, e trabalhar em alguma coisa, na FUNAI ou em alguma empresa” (“E”).

Ao responderem se queriam voltar a morar na aldeia alguns foram rápidos em dizer que queriam voltar, outros hesitaram. “A” relatou que quer, mas acha que é inviável, por causa de vários fatores, um deles é a família, que mora na cidade. A esposa e o filho de “A” moram em Brasília, e os pais e irmãos dele moram no Goiás. Outro fator é a dificuldade de desenvolver o trabalho em área indígena. Segundo “A”, não se pode trabalhar com manejo, e com turismo ecológico dentro de área indígena porque a lei não permite. Concluiu dizendo:

“... Então assim, se eu for morar lá, pra atuar na área vai ser muito difícil, eu vou ter que trabalhar fora. Para morar lá eu vou ter que trabalhar na cidade. E se for pra trabalhar lá, eu prefiro trabalhar aqui com projetos, porque eu estou próximo do centro, de onde sai vários editais. Então aqui é mais fácil pra conseguir fazer um projeto, e conseguir ser aprovado e trabalhar dentro, aí sim, trabalhar lá” (“A”).

Com relação ao retorno para suas casas, quando perguntamos se existe algum tipo de pressão para que os estudantes voltem para a aldeia, as respostas foram diversas. “A” disse que não existe pressão para que ele volte a morar na aldeia, mas sim para que ele trabalhe em prol da comunidade e que represente o povo dele na cidade de Brasília. E que essa pressão não é apenas por parte da sua comunidade, mas que ele próprio se cobra também. “A” contou que já houve discussões entre os estudantes indígenas a respeito do retorno para a comunidade, pois:

“... tem vários indígenas que não tão nem aí, que querem só se formar e ser mais um profissional. Tem alguns indígenas que saem da medicina e quer fazer cirurgia plástica, tipo assim. Pra atuar dentro da área indígena é muito difícil, você estar lá na área de saúde básica. Então assim é difícil, tem uns que não querem voltar, não tão nem aí. Só usaram o nome de indígena para entrar” (“A”).

“B” afirmou que a pressão existe, primeiramente, por parte da família, e em segundo lugar, pelas lideranças indígenas, que o cobram muito para que ele volte. Falou que antes de vir para Brasília, ele tinha uma atuação política forte dentro da aldeia, e que por isso o seu povo sente falta dele. “B” explicou:

“... eu já era um jovem que atuava na luta política Potiguara. Então assim, eu viajava muito, participava de muitas reuniões, eu ia pra debates, seminários, congressos, fazia documentos, falava, enfim, era um militante de fato e ajudei a criar o movimento da juventude Potiguara, fui coordenador geral um tempo. Então, digamos que, faz uma certa falta. Quando eu vim pra cá, acompanho as lideranças, participo de reunião, dou minha contribuição, então, na verdade eu nunca me afastei do movimento Potiguara em si, apenas comecei a atuar mais no nacional, e tem essa pressão de voltar. Eles falam assim: “Precisamos de você lá”, “Você tem que estar aqui conosco, brigar conosco” ” (“B”).

“C” declarou que não existe pressão, mas sim uma expectativa para que ela volte, não só por parte da família, mas também da comunidade. Contou que quando estava na aldeia ela tinha obrigações lá e que saiu para estudar com a responsabilidade de voltar, não só porque o seu povo têm a expectativa, mas porque ela quer voltar, e dar a sua contribuição para a comunidade, levando o que aprendeu na universidade. “C” destacou ainda que entre os estudantes indígenas da UnB, a questão de voltar à aldeia fica a critério pessoal, pois apesar de o Convênio FUB/FUNAI exigir um termo de compromisso de que se deve retornar, ela acredita que não é necessário estar lá, obrigatoriamente, para contribuir, porque existem outras formas de ajudar estando fora, morando na cidade.

Segundo “D”, a pressão por parte de sua comunidade existe, pois eles sabem que ela está aqui apenas para estudar e que ela irá retornar. “D” disse que seu povo espera que ela volte para ajudá-los, no trabalho para a comunidade, e explicou:

“Lá não tem um enfermeiro, não tem um médico que seja indígena, que possa trabalhar junto com o povo. A esperança deles e dos outros jovens que estão lá é estudar, se formar, e trabalhar com a nossa comunidade mesmo. Tem muitas pessoas, não são todas, mas que fazem um trabalho, mas não aquele que a comunidade fica satisfeita. Muitas vezes o profissional vai trabalhar lá só por conta do salário, não fazem uma coisa adequada, não faz com amor, não trata bem as pessoas. Tem aquela coisa de querer só o salário, o resto que se exploda” (“D”).

Para “E” não existe pressão para que ele volte, mas mencionou que o seu povo está contando com que um dia ele volte para passar o que aprendeu em Brasília, na universidade, para as crianças e adolescentes de sua aldeia, para que estes consigam também ter acesso à universidade.

Sobre os indígenas que vêm para a cidade e não retornam à aldeia, a opinião dos estudantes a respeito desse assunto se assemelha bastante. Para “A” o indígena que sai da aldeia e vem para a cidade, seja para estudar, por conflitos na aldeia, ou por outros motivos e não retorna, continua sendo um índio. E fez uma comparação dizendo que este indígena é como se fosse um estrangeiro que viesse morar no Brasil, ele não perderia sua nacionalidade somente pelo fato de estar em outro país. “A” pensa que o indígena que não retorna à aldeia deixa de contribuir com a comunidade, mas que pode haver vários fatores para que um índio queira sair de sua aldeia, e que para cada caso “A” tem uma opinião diferente. “A” destacou que se o motivo de sair foi uma briga ou se o indígena saiu para estudar, mesmo que este não atue dentro da aldeia, ele pode contribuir estando fora, e que isso é muito importante. Sobre sair da aldeia “A” explicou:

“... E eu acho que hoje o contexto social global, não tem como mais a gente viver como vivia há quinhentos anos atrás, quando os europeus chegaram aqui no Brasil, que você só caçava e pescava, só trabalhava num trabalho de subsistência, você coletava, pescava. Hoje em dia com as delimitações das reservas, o aumento da população, o aldeamento, fez com que a população crescesse, o pessoal está sedentário, tivessem que fazer roças maiores pra se alimentar. Então você precisa trabalhar fora, porque só dentro da reserva não tem como hoje. Você precisa estudar pra ser professor porque tem que estudar pra defender seus direitos, você tem que ter ‘N’ coisas. Não dá pra viver isolado, você tem que ter contato toda hora. A maior parte das aldeias tem energia, algumas aldeias têm internet. Então você tá vendo o mundo fora, você vê o capitalismo, você tem vontade de ter. O ser humano depois que aprende a ser capitalista, ele não deixa de ser, então ele começa a querer as coisas. Ele vai querer trabalhar, e dentro da aldeia não tem como trabalhar pra ele conseguir. Então ele vem pra cidade, vem estudar, vem trabalhar de servente, vem trabalhar de cortador cana, vem trabalhar de qualquer coisa, mas ele quer sair da aldeia” (“A”).

Segundo “A” o problema não é sair da aldeia, mas deixar sua cultura de lado, e protestou:

“Acho que não sair, não ter acesso à tecnologia, computador, não tem como. O pessoal reclama ‘Ah, porque hoje o indígena tem celular, hoje o indígena tem Facebook, tem WhatsApp, tem Smartphone’, mas não tem como, todo mundo tem. Por que o indígena não pode ter? Só

porque ele tem uma cultura diferenciada, porque ele tem uma cultura própria? Eu acho que tem que ter. Acho que tem que ter tecnologia. Acho que tem que levar computador pra dentro. Eu acho que tem que levar câmera. Acho que tem que filmar, tem que ensinar, porque só assim que eles vão dar valor na cultura, que eles vão ver, porque se você mostra pro outro a sua cultura, aí o outro vai dar valor” (“A”).

“B” pensa que esse assunto é complexo, e disse que vê por vários ângulos: Se um indígena está na aldeia, vai para a cidade estudar e não quer voltar, ele está deixando uma dívida com a sua comunidade, mas se este indígena vai para a cidade estudar e quando volta à aldeia, a comunidade não o reconhece mais, ou não o aceita mais porque ele se distanciou muito, então ele tem que continuar na cidade. “B” colocou um contraponto:

“Mas, muitos povos, o meu também entende assim, que se você vai e de lá você consegue ajudar, e talvez ajude bem mais do que se estivesse aqui, estivesse na aldeia, não é necessário você voltar. É uma relação muito complexa nesse sentido. Eu penso que quem não volta tem seus motivos, sejam eles bons ou ruins, que sejam eles a aceitação ou não da comunidade, ou não querer mais, de não acostumar mais na comunidade, não me adaptar mais na aldeia” (“B”).

“B” ressaltou que hoje no Brasil, para muitos povos indígenas há o entendimento de que para uma pessoa ser de fato indígena, ela deve primeiramente se reconhecer como indígena, e em segundo lugar pertencer a um grupo e ter o reconhecimento do grupo ao qual se diz pertencer.

“C” acha que a depender do objetivo que se tem, é justificável que um indígena não queira voltar à aldeia, mas para ela acima de qualquer coisa deve-se pensar se este indivíduo quer continuar fazendo parte daquela comunidade, pois mesmo saindo é possível retornar, contribuir, e manter os laços.

“D” considera o assunto polêmico, mas respeita o direito da pessoa, pois na opinião dela cada um faz, e vive da forma que acha melhor. Relatou que isso já aconteceu na aldeia dela:

“Eu tenho tias, irmã da minha avó, que sua família sempre morou na aldeia, mas depois que os filhos dela casaram, foram embora da aldeia. Eles moram em Vitória, eles não tem mais aquele vínculo, de ir lá sempre, visitar. Eu percebo que eles nem se consideram mais daquela aldeia, perdeu o contato. Eles não participam mais das coisas, vão lá raramente, de dois em dois anos. Eu respeito a vontade da pessoa de viver fora, mas eu acho que a pessoa vivendo na aldeia é melhor, porque ela tem mais contato com os seus parentes, com a sua cultura, com o seu povo, interagindo, nos momentos que tem alguma coisa para reivindicar estar todo mundo junto. Lá na nossa aldeia teve uma demarcação de terra muito grande, tiveram muitos conflitos, e o

povo se une para ir brigar, fazer um movimento, entrar na mata, cortar madeira e fazer demarcação com a própria mão. Acho que o índio tem que se unir, tem que se fortalecer. E se todo mundo fosse para a cidade, o que seria do povo?” (“D”).

“D” disse ainda que em sua opinião, o indígena que sai da aldeia perde o vínculo e perde a força, porque ele não vai ter o povo para lutar por ele e nem ele vai lutar junto do povo.

Para “E” há dois lados. Ele acha que as políticas do Estado brasileiro têm melhorado a situação dos povos indígenas, mas que ainda existem muitos destes que vivem em tremenda miséria, e que veem na cidade uma oportunidade de vida melhor. “E” citou o caso dos indígenas Guarani-Kaiowá:

“Se você for levar em consideração os Guarani-Kaiowá - eu tenho um texto sobre eles que se chama ‘Genocídio Surreal’ - são pessoas que vivem na miséria. As garotinhas com 12 anos de idade têm que ir para a beira da estrada se prostituir, para ganhar um pacote de bolacha, para ganhar 5 reais. Então, nas cidades, de alguma forma, eles veem uma solidariedade por parte das pessoas, de ajudar. A FUNAI tem as políticas de acolhimento. Eu vejo por um lado assim, os indígenas que vêm para a cidade e não querem mais voltar, é porque eles veem que na cidade eles conseguem viver melhor do que na própria aldeia” (“E”).

“E” citou também os indígenas universitários. Disse que os indivíduos que vão para a cidade estudar estão representando o seu povo, e que este por sua vez está apostando nessa pessoa. Então se esse indígena não quer retornar, e nem mesmo dar sua contribuição ainda que não volte, isto é negativo. “E” afirmou que não concorda com esta atitude.

## **5.2 Cultura de saúde na aldeia - Pajelança, utilização de plantas, benzeções, cantos de cura, etc.**

Sobre o sistema de cuidado na comunidade, “A” relatou que na aldeia dele há pajé e também parteiras e que ambos fazem uso de plantas como remédios em seus trabalhos. Além disso, há o conhecimento compartilhado na comunidade sobre plantas e ervas, e também uma farmácia na aldeia, que vende medicamentos industrializados.

“B” disse que em sua aldeia há pajés, raizeiros e rezadeiras, que são três tipos de “personalidades” diferentes. “B” contou apenas o que fazem os rezadeiras: Eles trabalham com a reza utilizando tipos específicos de plantas, geralmente são ramos; A reza é para

proteção, por exemplo, se a pessoa não está conseguindo dormir à noite, ela vai ao rezadeiro receber uma reza; A pessoa que recebe a reza, não escuta o que o rezador diz, e se escutar, não entende, e a reza tem que ser feita no período entre o nascer do sol e o pôr do sol. “B” disse que as ervas estão associadas à questão da cura de doenças, para isso são feitas garrafadas e chás. “B” explicou que:

“Tem alguns chás secretos também, secreto que eu falo é: eu faço pra você, mas você não sabe que eu fiz pra você, mas você está bebendo. Eu sei que você está doente, é como se eu fosse um terapeuta, uma relação terapêutica, mas você não sabe que está tomando o meu remédio, mas eu sei que você está doente, e nem eu te falo que você está tomando o meu remédio. Acontecem muitos casos. São remédios muitas vezes imperceptíveis, o sabor e tal, e que funcionam. Eu já presenciei isso, a pessoa pegar determinada coisa pra fazer um remédio pra uma pessoa que não podia saber que estava tomando” (“B”).

“C” e “D” afirmaram que não há mais pajés em suas aldeias. “C” disse que há algum tempo ainda existiam, mas que com o tempo foi acabando, pois havia apenas duas formas para se tornar um pajé: uma pela questão hereditária, ou seja, um pajé sempre tinha origem de uma família de pajé; e outra o indivíduo era escolhido, por exemplo, a pessoa recebeu uma mensagem espiritual, e aí então soube que iria se tornar pajé. Contudo “C” contou que pajés de outras aldeias visitam a sua quando é necessário. “C” disse também que o conhecimento sobre plantas em sua comunidade foi sendo passado de geração em geração e que por isso o uso de plantas em sua aldeia é muito frequente, elas são usadas tanto para chás quanto para banhos, e para diversas finalidades:

“Tem várias plantas que usamos. Tem banhos, tanto pra descarregar, tirar as más energias né, que por um período nós sempre estamos sobrecarregados. Ai tem os banhos pra tirar isso, tem chás também, pra tudo, dor de garganta, dor de cabeça, dor no estômago, diarreia...” (“C”).

“C” mencionou o “tajá”, que é uma espécie de planta protetora, a qual cada pessoa tem uma, e também disse que existem as ervas que são usadas para as rezas. Fora o pajé, que “C” considera o ápice da medicina indígena, aquele que saberia resolver todos os problemas de seu povo, a estudante disse que há em sua aldeia muitos rezadores e benzedores, e explicou:

“Eles tratariam quadros mais leves de alguma enfermidade, um mau olhado. A gente acredita que os adultos estão muito carregados, e a criança é desprotegida, o espírito dela não está bem formado. Então, às vezes um adulto com aquela carga do dia a dia, pesada, pode passar

aquilo pra criança. E a criança como está imatura ainda, desprotegida, reage de outras formas. Ai o benzedor consegue, com a reza dele, tirar isso da criança, quebrar esse ciclo” (“C”).

“D” disse que o pajé de sua aldeia morreu, e era ele quem benzia, rezava e ensinava os banhos, mas que seu povo ainda faz uso de plantas, para chás e banhos, como remédios para curar a dor e algumas doenças. “D” contou:

“Esses dias mesmo que eu fui pra casa, minha neta nasceu, aí a gente já faz um chá, faz um banho, dá para a criança. Cada problema tem um tipo de remédio para tratar. Você pode até levar no médico, mas você faz aquele chá, porque acredita que vai ajudar a melhorar” (“D”).

“D” acha que não se formará outro pajé em sua comunidade, mas que seria muito bom se houvesse. A estudante destacou que há o conhecimento compartilhado, por exemplo, as pessoas que sabem que um remédio é bom para tal coisa, podem orientar as outras. “D” contou que sua avó faz estas recomendações, pois tem conhecimento sobre plantas, por outro lado o benzimento apenas o pajé fazia, e não há outra pessoa que faça agora.

“E” relatou que há pajé em sua aldeia, e que ele faz rituais xamânicos e utiliza plantas, mas o estudante não soube explicar muito bem como funciona as benzeções, rituais de cura, por parte do pajé, pois segundo “E” essas coisas não são abertas ao público, e nem mesmo ao público indígena. “E” contou que quando alguém está com uma enfermidade e precisa de um ritual de cura, o pajé chama esta pessoa para um lugar fechado e pede que ela não revele como está sendo feito o ritual. Além disso, “E” relatou que em sua aldeia muitas raízes e plantas são usadas como medicamento, e deu o exemplo do rapé, que “E” afirmou usar com frequência, pois para ele é como se fosse um medicamento revigorante para o corpo, e que quando ele está se sentindo fraco, usa o rapé e se sente melhor.

Sobre a valorização ou não da Medicina Tradicional Indígena no contexto da universidade, locus onde se constrói saberes, perguntei aos estudantes se eles acham que a medicina tradicional indígena é valorizada na UnB e todos responderam que não. “D” comentou que nunca houve discussões sobre este assunto.

Na opinião de “A” não só a medicina tradicional indígena, como nenhuma outra racionalidade médica é valorizada além da medicina ocidental hegemônica. “A” disse que aos poucos isso está mudando e que hoje há uma atenção maior direcionada à medicina tradicional indígena, e principalmente à medicina oriental - “A” deu o exemplo da acupuntura, da yoga, e do uso de

chás – mas que elas são sempre alternativas complementares e secundárias, que não se somam à medicina biomédica.

Para “B”, na universidade nada que seja tradicional é valorizado, pois para tudo o que se sabe é necessário que exista uma comprovação científica, e grande parte dos saberes tradicionais não têm uma descrição detalhada, análises, evidências e provas. “B” explicou:

“Na UnB nada é valorizado, nada tradicional é valorizado, porque o meio científico trabalha muito com falou, prova. Se não provar não existe. É nesse sentido. E com isso você acaba fechando, e desvalorizando muitas coisas que funcionam. Por exemplo, como eu vou te explicar que se você está com uma espinha na sua garganta, e se o rezador chega aqui e fala: coloca o dedo em cima, e ele pega uns galhos, que a gente chama de ramos, ele vai lá e bate três vezes, e quando você chega em casa sua espinha não está mais? Como é que eu te explico isso cientificamente? Mas isso existe, mas a academia não consegue enxergar que isso existe, ou na verdade não é nem que ela não consegue enxergar, é que não aceita a existência de uma coisa que eu não consigo provar quimicamente, fisicamente ou biologicamente” (“B”).

Na opinião de “C”, a medicina tradicional não é valorizada no meio acadêmico, no qual predomina a medicina ocidental. “C” relatou:

“Eu nunca vi ser valorizada, tem pouco espaço, pouca discussão, pouca abertura, quase não se fala. Se não tem comprovação científica, ou alguém não pesquisou, não está registrado, não tem valor nenhum. Pouco se fala sobre isso. Nos poucos espaços que se tem, porque na medicina tem aquilo de alguém vir falar o que já viveu e o que já experimentou, mas não abre para novos conhecimentos. Falta espaço para tudo, não só para a medicina tradicional. Qualquer outra área que não seja do conhecimento biomédico não tem muita abertura. Até com os próprios colegas é difícil conversar, porque se você não tem espaços, e as pessoas não acreditam naquilo, ou nem respeitam, não deixam o outro falar, contar a experiência. É bem complicado isso no meio acadêmico” (“C”).

“E” disse que as pessoas perguntam e querem saber a respeito de rituais, sobre certas plantas e chás, de procedimentos que são feitos na aldeia etc. por curiosidade. O estudante contou que:

“Várias pessoas me procuram para saber, me perguntam assim: E aí rapaz, que dia você vai trazer o sapo, o *kampu* para a gente tomar? O *kampu* é um sapo verde, que na nossa língua chamamos de *tiankî*. Existem duas espécies uma é falsa e a outra é verdadeira. Você vai diferenciar a falsa da verdadeira pelo canto. Se você olhar para eles dois, é idêntico, você só diferencia pelo canto. Geralmente umas 2 horas da madrugada é a hora que nós pegamos ele. Ele tem uma

secreção branca no corpo dele, nós raspamos aquela secreção. Quando você está se sentindo fraco, se sentindo abatido, não psicologicamente, mas fisicamente. É uma medicina física. Quando você está vendo que não está bem, você se prepara para aquilo, não é somente você dizer: ‘Eu quero tomar o *kampu*’, e pronto. Não. Há toda uma preparação. O pajé que vai fazer o ritual também se prepara para aplicar essa secreção. E aí juntamente com uma bebida, que se chama na nossa língua *iobá*, traduzida para caiçuma, é uma bebida feita da mandioca, ela é fermentada e tem certo teor alcoólico. Nós tomamos essa bebida, e aí o pajé acende um pequeno cipózinho, e faz três furinhos no braço e arranca só a pelezinha, ou no braço, ou na coxa, ou na panturrilha, onde você preferir. Na época que eu tomei, eu tomei na coxa, e aí passa aquela secreção e esfrega. Em questão de segundos, você sente uma pressão tão grande, que só você tendo a experiência para saber. Você joga muita coisa ruim para fora, você vomita muito. Às vezes uma pessoa quando fica com porre de bebida, que no outro dia está para morrer, mas ela (a secreção) é mais forte ainda. Aquela bebida que você ingere, a caiçuma, você bebeu para fazer certa mistura dentro do corpo, e cai as coisas ruins que estão dentro do corpo, algum tipo de infecção, alguma doença, que não está te fazendo bem fisicamente, você vomita aquilo tudo fora. É bem legal. As pessoas sempre vêm perguntar para mim do sapo, da Ayuaska, do rapé” (“E”).

“E” ressaltou que no seu curso, Antropologia, ele observa que a medicina tradicional indígena é valorizada, porque o ramo de estudo envolve esta temática, mas em outros cursos, por exemplo, da área da saúde, não há ainda esta valorização.

### **5.3 Sobre os desafios na cidade/ambiente acadêmico: a saúde e outras epistemologias**

Para “A” uma das maiores dificuldades na cidade, como indígena, é a questão da saúde, pois segundo ele, na cidade não há um sistema de saúde diferenciado, assim como há na aldeia, para o estudante indígena, ou mesmo para o indígena que mora na cidade. Outra dificuldade que “A” relatou foi:

“... essa correria do dia-dia, a correria da faculdade, ter que fazer isso tudo, você corre contra o tempo, você não pode perder tempo, tem que estudar todo dia, porque a maior parte do nosso conhecimento você aprende na vivência, aprende no dia-dia, fazendo, você chega aqui e tem que ler, ler, ler. E o conhecimento oral e empírico que você tem das coisas não serve pra nada” (“A”).

“B” afirmou que um problema que ele enfrenta na cidade é o estresse, e contou:

“A cidade estressa, muito mesmo, e junto com isso acaba te dando um pouco de depressão por causa da saudade de tudo, da tua casa, família,

comunidade, amigos, ritual, todo o quesito indígena de ser, digamos assim, mais esse lado espiritual. Se você está ruim, você vai lá toma um banho no rio, banho no mar e se sente melhor (na aldeia). Você caminhar no mato e aquilo vai te fazer bem. Aqui não tem muito essa opção de sair, de caminhar pelo mato, de ficar a vontade, não ouvir barulho de carro, de ouvir apenas a natureza” (“B”).

“C” disse que um dos problemas que enfrenta na cidade é de cunho financeiro, pois a vida na cidade tem muitos gastos, e outro problema é o da distância da família. A estudante afirmou que tudo é diferente na cidade, e queixou-se:

“... A falta de apoio nas maiores dificuldades, Esse apoio familiar, assim, de pai e mãe mesmo, a gente sempre teve de perto. Eu sofro com isso. Na aldeia a gente tem mais assistência, de tudo. Da saúde tem a política diferenciada para os povos indígenas, tem toda uma assistência voltada pra você. Aqui não tem nada para o indígena ser tratado de forma diferenciada na saúde. Eu sofri bastante com isso também, de tratamento de saúde e doença, não eu, mas os meus filhos. Se você ficar doente aqui você vai ser mais um no “bolo”, não tem prioridade. Isso é uma dificuldade que muitos passaram e passam ainda” (“C”).

“D” relatou que um problema que enfrenta na cidade é o medo da violência, o medo de ser assaltada:

“... Quando eu tinha aula aqui, às vezes saía 21h30, aí eu subia para pegar ônibus, eu tinha medo, porque estavam falando de estuprador. Ai as pessoas falavam: cuidado que tem gente que foi estuprada. Eu ficava com medo” (“D”).

Para “E” o maior problema que ele disse enfrentar é o individualismo das pessoas. Contou que às vezes ele “vai e volta” sem ser percebido, e que não sabe se isso acontece pelo fato de ele ser indígena. Outro problema que “E” relatou foi o financeiro, disse que o auxílio financeiro que ele e os estudantes indígenas recebem sai atrasado com frequência.

“A” afirmou que já sofreu preconceito na cidade por ser indígena por parte de um policial, e por parte de uma funcionária de banco:

“... Quando nós entramos na UnB, a gente foi tentar fazer conta lá pra abrir uma conta universitária pra receber a bolsa da FUNAI, a gente foi num grupo de vinte alunos quando entrou, com a coordenadora da FUNAI que estava nos levando lá, e quando chegou lá, a funcionária do banco falou que era pra gente voltar no outro dia porque ela ia consultar pra ver se podia fazer conta pra indígena lá. E outros foi com policiais mesmo, o cara chegou pra mim e falou bem assim ‘Porra, um cara, índio, com um carro desses dirigindo e eu que trabalho todo dia

não tenho isso’. ‘Você tinha que tá lá na aldeia, o que você tá fazendo aqui?’. Tem muito preconceito assim que a gente até releva, mas têm vários. Mas pra mim entra num ouvido e sai no outro, eu não ligo não ...” (“A”)

“B” disse que nunca sofreu preconceito durante o tempo que está na cidade. “C” afirmou que nunca sofreu preconceito diretamente, mas direcionado ao povo indígena sim, e que já ouviu várias piadinhas em sala de aula. “C” contou que muitos pacientes indígenas são recebidos no HUB, local onde ela estagia, e que lá ela já ouviu comentários preconceituosos, inferiorizando as práticas indígenas. A estudante relatou e argumentou:

“O paciente estava lá, e pela própria língua eles (equipe médica) discriminam. Eles falam: sei lá que língua é essa, é uma língua que eu não entendo, não consegui colher os dados. Assim, se você não conseguiu se comunicar, tudo bem, mas não inferiorize a língua do paciente, a língua que ele fala. E ficar inferiorizando a pajelança, se referir à pajelança como se fosse algo que não funciona. Algo que não presta. Falam: tenta fazer isso, toma o medicamento tal, no fim das contas, se nada der certo, faz uma pajelança e vê se melhora, quem sabe dá certo. Já ouvi muitas coisas assim, que eu senti como se fosse para mim, porque eu sou indígena” (“C”).

“D” contou que desde criança tinha que lidar com preconceitos, e que ouvia piadinhas e insultos por parte de algumas pessoas, coisas como “índio é preguiçoso”, “índio é burro”, etc. “D” afirmou que o tempo que esteve na universidade nunca aconteceu nenhuma situação de preconceito diretamente para ela, mas que:

“... a gente sempre escuta alguns colegas falando que o grupo (de alguma turma) excluiu, não queria se juntar àquela pessoa que é indígena para fazer um trabalho. As pessoas fazem seus grupos e o indígena sempre sobra, não tem par para fazer as coisas. Essas coisas eu já ouvi muito o pessoal falando” (“D”).

“E”, assim como “D”, relatou que teve que lidar com o preconceito desde a infância:

“... Quando eu fui estudar na cidade, no Acre, o nosso português ainda era meio ruim, eu sofri preconceito por parte dos colegas que gostavam de imitar indígena, aqueles gritos, os sons que os indígenas fazem, e tudo mais. No dia do índio, ao mesmo tempo em que era valorizado também era muito discriminado. Aí colocavam apelidos e tudo mais” (“E”).

Fizemos a seguinte pergunta aos estudantes: Alguém já questionou o fato de você ser índio, mas ter celular ou de ter alguns hábitos que vieram dos “brancos”? Todos eles responderam que sim.

“A” disse que esse tipo de pergunta sempre surge quando ele está mexendo em um computador, ou quando está à frente de um projeto dando oficinas, entre outras coisas. O estudante contou que pessoas o questionam com as seguintes perguntas e afirmações: “Pô, um indígena dando aula?”, “Um indígena dando palestra?”, “Tá usando celular? Cadê sua cultura? Você não tem mais cultura”. “Você não tem mais cultura porque está usando celular, está usando camisa de marca, tênis de marca, está usando carro, dirigindo, está assistindo televisão”. E “A” explicou o que ele acha deste pensamento:

“Acho que não tem nada a ver. É o pensamento de quem não tem nada na cabeça, quem é burro, quem não procura conhecer, não procura abrir espaço para as realidades hoje do mundo, que vive dentro de uma caixinha, que enxerga o mundo pela televisão, que não vive, não tem amigos, que não enxerga ao redor. O fato de o índio ter celular, e tal, teve a ver com o processo que foi imposto a ele, desde sempre, a ideia deles era incorporar o indígena à sociedade, como se a gente não tivesse uma sociedade, como se a gente não vivesse numa sociedade. Quando chega um profissional pra trabalhar na aldeia, ele leva um celular, ele leva um rádio, ele leva uma televisão e isso causa curiosidade. Como eu falei antes, tem gente que quer sair da aldeia pra ter um carro. Como a gente já escutou vários parentes falando: Hoje eu me formei, agora eu posso ter uma casa. Essa não é a minha intenção, me formar pra comprar uma casa e morar na cidade. Eu quero me formar e voltar pra aldeia pra ajudar meu povo. Então assim, a gente tem essa ideia, mesmo que eu não consiga como eu já tinha falado antes, por vários fatores, a minha ideia todo mundo conhece. Eu acho que isso de você estar usando faz parte, todo mundo, qualquer lugar do mundo que você for hoje vai ter tecnologia, todas as culturas têm: a cultura afro, cultura asiática... Porque a cultura indígena não pode ter? Todo mundo fala ‘Ah o indígena tem que tá caçando, pescando’. Ele quer que o indígena seja como era há 500 anos atrás, o indígena romântico que foi posto pelos livros, pelos poemas. E hoje não é assim o índio. E o índio tá usando celular e não tá deixando a cultura dele. A gente até usa uma frase ‘Posso ser quem você é, sem deixar de ser quem sou’, a gente pode viver como branco mas não deixar de ser quem a gente é. E a gente tem que evoluir, a gente tem que andar pra frente. É como diz um grande líder ‘Eu ando pra frente no rastro dos meus antepassados’. Então eu nunca esqueço também, que eu tenho celular, que eu tenho carro, que eu tenho uma casa, que eu moro na cidade, mas que eu não posso esquecer minha cultura. Isso é a única coisa que nos diferencia, o resto é tudo igual, todo mundo tem sangue, pele, morre, nasce..” (“A”)

“B” contou que já o questionaram uma vez perguntado como ele usava computador se ele era um índio, e perguntaram também se isso não atrapalharia a sua cultura, e “B” respondeu que não, mas que pelo contrário, isso ajuda. O estudante explicou que se ele está nas redes sociais,

e se ele tem uma página na internet, desta forma ele contribui muito, porque ele está divulgando a cultura dele.

“C” relatou que já teve que explicar várias vezes para as pessoas que:

“... eu posso estar lá nos EUA, na Inglaterra ou no Japão, mas eu vou continuar sendo indígena independente do que eu use, do que eu fale, eu vou continuar sendo indígena. Posso estar usando tudo que não vem da cultura indígena, mas eu vou continuar sendo. Eles (não índios) usando os apetrechos indígenas viram índios? No caso que eu falei antes que reclamam da língua do indígena, se fosse uma pessoa que fala japonês, ou coreano, ou mandarim e eles não soubessem a língua, ele iria inferiorizar? Eu sempre comparo. Tem muitas outras situações que cabem tanto para o indígena, quanto pra outras línguas e origens, mas que não são vistas da mesma forma, não tem o mesmo olhar. Por isso que eu vejo que somos discriminados” (“C”).

Diante desta pergunta “D” contou e argumentou:

“Você vai conversando com as pessoas, e chega ao assunto e você fala: ‘eu sou índia’. A pessoa fala: ‘É mesmo? Nossa! E você tem celular?’ Eles têm aquela visão que a gente está em 1500, que o tempo não passou, e que você está igualzinho ao que está no livro de história. As pessoas estão paradas no tempo (risos). Aí eu falo: ‘Meu filho, o mundo já avançou. Nós já vivemos 500 e poucos anos’. Eles acham que o índio não tem conhecimento de nada. Até alguns professores pensam assim. As pessoas são meio idiotas às vezes” (“D”).

“E” comentou que já entrou em algumas discussões com pessoas que o fizeram esse tipo de questionamento, uma vez com um rapaz dentro da sala de aula, quando ele ainda estava no 2º semestre do curso, o professor tocou nesse assunto e o rapaz afirmou que indígenas não tinham que estar na universidade, que indígenas não deveriam ter celular, etc. “E” contou que se exaltou e fez também vários questionamentos ao rapaz. “E” contou ainda sobre outra situação:

“E umas duas semanas atrás, esse indígena que mora comigo fez amizade com um pessoal, uns crentes não sei de onde, aí tinham duas garotas lá, e nós estávamos numa mesa, aqui em alguma quadra, não me lembro. Aí a gente estava debatendo sobre esses assuntos e ela (uma delas), que é daqui da Engenharia Florestal, estudante, sem ser indígena, disse: ‘Eu acho que o indígena tem que ficar lá na terra dele’. Eu olhei para ela e falei: Então porque vocês invadem nossas terras? Porque não nos deixam lá? É só não invadir. É só garantir a nossa propriedade, nossa terra, para nós podermos plantar, para nós

podermos colher, caçar os nossos animais. Se não houvessem essas invasões eu garanto que nós não sairíamos para fora” (“E”).

“A” comentou que não costuma ficar triste, mas que algumas coisas pessoais o deixam um pouco triste, como ficar longe dos seus pais e ficar longe de sua aldeia, e de seus parentes. Num sentido mais amplo “A” citou algumas coisas que o entristecem:

“A falta de uma política que apoie o povo indígena, uma política que valorize, não só o indígena, mas as pessoas de baixa renda, política de inclusão. Não tem. Hoje a política indigenista tá muito fraca, não tá voltada pros indígenas. Não tem uma educação diferenciada ou uma faculdade diferenciada para o conhecimento indígena, uma escola indígena diferenciada que você possa aprender mesmo, não uma escola de extensão rural que é o que tem hoje. Direitos que a gente tem não são cumpridos. A não demarcação das terras indígenas. Construção de hidrelétricas dentro de reservas. Falta de profissionais indígenas, e de profissionais que trabalhem com indígenas na área em todas as áreas. Tem tanta coisa” (“A”).

“B” disse que uma coisa que o deixa triste é a falta de ritual, e fez uma comparação dizendo que isso é como se tirassem um filho de uma mãe.

“C” relatou que enquanto ela está na cidade buscando alcançar seu objetivo, na aldeia muitos outros acontecimentos estão ocorrendo, e o fato de não estar participando deles deixa ela triste, pois com isso ela perde muitos momentos e também muitas pessoas. “C” explicou:

“Desde a minha vinda pra cá eu já perdi muitas pessoas queridas: minhas duas avós, é uma perda irreparável. Ai depois disso eu perdi um tio. Isso de você estar aqui, ao mesmo tempo em que você está buscando algo, está abrindo mão de outras coisas. A perda de pessoas queridas é o que me deixa triste, porque eu jamais vou poder voltar atrás e resgatar esse tempo, eu não vou vê-las aqui nessa vida, quem sabe em outra né. É um tempo que se foi e não vai voltar mais. Eu sempre penso. Por isso, também, da vontade de retornar mais rápido, é pra ficar mais perto deles” (“C”).

“D” disse que fica triste quando vê alguém que precisa de ajuda, e que ela não pode ajudar esta pessoa. “D” contou:

“Por exemplo, a Virgínia, minha amiga, ela é da África, e ela vai se formar junto comigo. E quando acabarem as aulas, eu vou para casa, e a Virgínia poderia ir para África ficar com a família dela, porque já fazem 6 anos que ela está aqui, mas ela não tem dinheiro para pagar a passagem. Se ela tivesse dinheiro, ela iria e quando fosse a colação de grau ela vinha com a família dela, mas se ela for agora, depois ela não

tem como voltar. Então, ela vai ter que ficar aqui. Essa questão de não poder ajudar as pessoas que eu sei que precisam me deixa triste” (“D”).

“E” explicou que um motivo que realmente o deixa triste é:

“Principalmente quando eu vejo nas redes sociais essas brigas internas que acontecem entre esses latifundiários e os indígenas, e quando eu vejo os povos indígenas sendo assassinados, exterminados, lutando pelos seus direitos e não são reconhecidos esses direitos. Eu fico muito triste com isso. Lá perto de onde eu moro tem a comunidade Ashaninka, no mês passado foram mortos 4 ashaninkas por causa dessas disputas territoriais, é um povo que vive na divisa do Brasil com o Peru, e os madeireiros peruanos estavam entrando nas áreas do Brasil, e eles (ashaninkas) foram denunciar. Aí os madeireiros foram lá e mataram esses 4 ashaninkas por causa disso. Eu fico muito triste quando eu vejo nos noticiários que os povos indígenas estão lutando por direitos, mas não estão conseguindo, ou estão sendo negados. Quando vêm aqui é preciso se juntar, unir vários povos para vir para Brasília, lutar pelos direitos, reivindicar, até mesmo tentar ocupar. Porque eu vejo que as pessoas que não conhecem a realidade do indígena, só tratam o indígena como vagabundo, como preguiçoso, como isso e aquilo, mas primeiramente conheça antes de falar. Então eu me sinto muito triste quando eu vejo que cada vez mais nós estamos sendo explorados, estamos sendo desapropriados das nossas terras, as nossas culturas estão morrendo e o estado pouco faz para que isso seja assegurado (combatido)” (“E”).

#### **5.4 Sobre as alegrias e diversões que encontram ou buscam encontrar em qualquer lugar**

“A” disse que não estar doente, ter comida, estar na aldeia, e estar com a família são algumas das coisas que o deixam feliz. O estudante citou o que ele faz para se divertir na cidade: joga futebol; faz churrasco ou peixe assado com os amigos indígenas que estão em Brasília também; vai ao Santuário dos pajés; e faz academia. Nos finais de semana, “A” contou que não faz muita coisa, mas o que ele faz com frequência é: ir à academia.

“A” explicou que gosta de malhar porque isso tira o stress dele, que é causado pela correria da faculdade também, e supre a falta de atividade física que ele sofre na cidade, pois, explicou, que quando está na aldeia, ele nada, arruma canoas, trabalha na roça, e depois ainda faz festa com a comunidade a noite, ou seja, lá ele está sempre fazendo esforço físico. O estudante

afirmou que ir à academia tira um pouco a saudade de estar na aldeia. “A” malha na Smart Fit, que fica na Asa Norte.

“B” resumiu em uma frase o que o deixa feliz: “Acordar cedo, ir à praia tomar um banho e voltar em casa e ter um camarão me esperando”. O estudante disse que gosta de dançar, e de jogar futebol também, mas que na cidade, em Brasília, o que ele faz com mais frequência, quase todos os finais de semana, é visitar alguma pessoa, passar o dia na casa de um amigo, ou comer peixe assado na casa de alguém, e disse que isso tira um pouco a saudade de “casa”. “B” relatou que gosta de dançar forró, e sai para dançar, às vezes, aqui na cidade. Quanto a que lugar costuma ir para dançar, ele relatou:

“Índio é uma coisa estranha demais, índio é muito de momento. Tem época que é só em um determinado lugar, tem época que é em outro. Quando vai a um lugar bom, vicia. Ultimamente, durante quase 1 ano, estamos indo muito ao Poizé, aqui na Asa Norte. Isso na frequência de quase toda semana. Começou essa *vibe* do Poizé ano passado, antes da Conferência de Saúde Indígena. Ai começou a ir índio, índio, índio e enfim, criou-se uma rotina. Todo mundo ia lá para dançar. Quase sempre vai uma galera de 15, 20. Quando saímos da Conferência de Saúde Indígena só tinha índio lá dentro do Poizé” (“B”).

“B” contou que começou a praticar exercícios físicos aqui em Brasília, no final do ano passado, e que está malhando na academia Smart Fit, na Asa Norte, e também praticando boxe, na UnB. O estudante afirmou estar gostando de praticar exercícios, pois estas atividades o ajudam a se distrair; fisicamente se sente bem; e a qualidade do sono é melhor.

“C” relatou que estar na aldeia é o que a deixa feliz:

“Estar na aldeia. Só de estar lá, morando lá, já estou feliz. Não precisava de mais nada, nem ser médica, nem estar estudando medicina, nem ter morado aqui, ter vivenciado tudo isso. Isso é bom porque eu aprendi, amadureci, mas se eu não tivesse vivenciado e estivesse lá, eu continuaria sendo feliz” (“C”).

Em Brasília, “C” disse que se diverte bastante estando junto de seus filhos, e explicou:

“... Com essa vida que a gente leva aqui sobra pouco tempo para a família. Então, os momentos que eu tenho, eu sempre dou prioridade, eu faço o possível para estar junto deles. Não importa se eu estou ajudando eles a fazer a tarefa, ou se é brincando com eles, andando de bicicleta, só de estar junto eu já me divirto. A gente costuma ir pra lugares abertos, parques, lago, onde estiver uma árvore, com sol. A

gente vai para o parque da cidade, para a beira do lago, tem o Olhos d'água (parque), onde tiver um conjunto de coisas para estar mais ao ar livre, aí a gente está" ("C").

"C" afirmou que não pratica exercícios físicos regularmente, pois durante a semana não há tempo devido à faculdade, apenas nos finais de semana quando está andando de bicicleta com os filhos, ou fazendo uma caminhada.

"D" disse que o que a deixa feliz é: quando sua família está bem; quando ela está em casa, com os seus amigos, com saúde, brincando, e sorrindo. Quanto ao que ela faz para se divertir na cidade, em Brasília, "D" contou:

"Não faço nada, praticamente. Só estudo. Final de semana eu estudo também. Às vezes eu vou à casa de "C" quando dá, porque às vezes as coisas pra ela estão meio apertadas, aí eu não posso ir a casa dela. Mas raramente a gente se encontra, se reúne, vai a casa dela, a gente come peixe assado, fica lá conversando. Aí fica de manhã até de tarde, e de tarde vai embora. Ou então quando, raramente também, a gente vai a casa de "G", no Santiê, todo mundo fica junto, todo mundo come, fica lá, passa a tarde, conversa. Aí é bom. Pelo menos a gente respira outro ar" ("D").

"D" afirmou que não pratica exercícios físicos, somente às vezes, aos domingos, ela faz caminhada na esplanada.

"E" relatou que muitas coisas fazem com que ele fique feliz, contudo o que deixa ele mais feliz é o seu filho. O estudante disse que pensa no filho dele, e que está na cidade, em Brasília, representando não só a sua comunidade, mas também o seu filho. "E" comentou que quer "dar uma boa vida" para o seu filho futuramente. Quanto ao que ele faz para se divertir na cidade, o estudante afirmou:

"O meu hobby aqui é a internet. Era o Facebook. Era, porque eu desativei o Facebook. Atualmente tem o WhatsApp também. É o meu hobby, mas eu acho que é porque eu sou um pouco afastado de sair para as baladas, de ir para o cinema, para as festas, essas coisas. Final de semana eu fico mais em casa. Eu aproveito às vezes o final de semana venho para a biblioteca estudar, alguma coisa assim. O meu caminho é esse UnB e casa. Às vezes eu saio na rua para comprar alguma coisa, pagar alguma coisa, aí sim" ("E").

"E" disse que gosta de praticar exercícios físicos, e que malha em casa mesmo, faz abdominais, flexões, e que sempre sai para correr. Quando os Jogos Internos da Universidade de Brasília (JIUnBs) começa "E" contou que joga futebol.

Todos os estudantes afirmaram que sentem falta de suas aldeias. “A” contou que retorna à aldeia duas vezes por ano, nos períodos de férias, e que sente falta de tomar banho no rio, de estar perto dos velhos, de estar perto de seu avô, de seus primos, de estar perto de pessoas que conversam, e que o tratam como igual. Queixou-se:

“Não aqui, que quando você passa e fala com a pessoa, ela ignora. Quando você chega num local, todo mundo olha pra você como diferente. Lá eu não sou diferente, lá eu sou igual todo mundo. Então assim, eu sinto falta disso. Sinto falta da chuva, do calor, do povo, de pescar, de caçar, de dançar, de pintar, tudo. Quando eu fico longe muito tempo, parece que o espírito fica mais fraco. A gente fica fraco por causa da saudade, a gente fica meio que doente espiritualmente. Nossa, é muito ruim” (“A”).

“B” disse que sente falta da vida na aldeia, e também da vida política lá, pois ele gosta muito disto e às vezes não consegue conciliar isso com os estudos. Contou que uma coisa que faz muita falta para ele é a convivência, estar num lugar que ele conhece a todos. Sente falta também de ir visitar amigos, tomar banho no rio, ir à praia, e de ter uma vida mais solta, no sentido de não estar preso à hora. “B” ressaltou que a comida e os hábitos alimentares mudam muito, pois na cidade tudo é pressa.

“C” afirmou que sente muita falta da aldeia, da vida coletiva, pois para ela na cidade tudo é muito individual:

“Se você não tiver uma família, é difícil. Se você não fizer amigos aqui, você vai ser uma pessoa sozinha. Lá não, você nunca vai ser só. Você pode estar na sua casa, construir, ter sua família, mas você faz parte de um coletivo. Você nunca vai estar sozinho. Isso é muito diferente daqui para a comunidade. É o que eu sinto mais falta e o que me fez sofrer bastante aqui, porque nós não éramos acostumados com esse pensamento, de cada um por si. Na universidade foi sempre assim, dificilmente teve alguma coisa que foi coletiva” (“C”).

“D” disse que há coisas que ela sente falta da aldeia como o silêncio, o mar, a praia, o clima. Queixou-se de que em Brasília não chove, e fica muito seco. E disse que o silêncio faz muita falta a ela. “D” relatou ainda sobre sua relação com seus parentes:

“... eu vim para cá, mas o meu coração está lá, porque aqui não é a minha terra, aqui não é o meu lugar. Eu estou aqui, mas é porque eu tenho um trabalho, eu tenho que estudar, mas a minha vontade é de voltar. Eu não me vejo morando fora, aqui em Brasília, ou Rio de Janeiro, sei lá, acho que nunca vou me sentir paz. Lá em casa, nós somos seis irmãos e nós somos muito grudados. E do jeito que nós

somos, nossos sobrinhos estão se tornando, porque vão casando, vão crescendo, mas está todo mundo junto. Na hora de fazer comida, é muita comida, todo mundo junto final de semana. Às vezes não é aniversário de ninguém e todo mundo vai para a casa do outro e fica lá quase o dia inteiro, muita união. E aqui você fica sozinho, as pessoas às vezes não conversam, não dão um bom dia, não dá boa tarde. Você vive, mas fica sempre com o coração partido porque você está longe da sua família. Estar com os seus parentes é outra coisa, melhor coisa que tem” (“D”).

“E” afirmou que apesar de ter morado muito tempo na cidade, nunca se desligou da aldeia, e que sente muita falta de pescar, caçar, jogar bola com os seus parentes, de conversar e aprender mais dos rituais xamânicos.

Todos os estudantes afirmaram que fazem parte de redes sociais na internet. “A” disse que faz parte de várias redes sociais, o Facebook, Google +, Instagram, WhatsApp, etc., e citou alguns grupos o qual faz parte:

“... tem um grupo só dos indígenas no Facebook, tem o grupo do futebol no WhatsApp, tem outro grupo da parte de saúde indígena também no facebook, tem o grupo dos indígenas do Brasil” (“A”).

“A” afirmou que, na cidade, se comunica com as pessoas de sua aldeia por ligações de telefone, e com alguns primos que moram ou que vão para a capital estudar, onde tem internet, ele se comunica também pelas redes sociais, Facebook e WhatsApp. “A” relatou que em sua aldeia não tem energia, e também não tem internet, existe apenas um motor de energia que é ligado duas vezes ao dia, e somente quando há festa na comunidade este motor fica ligado durante todo o tempo que durar a festa.

“B” disse que faz parte de várias redes sociais, como o Facebook, Instagram, Twitter, e WhatsApp, e comentou que se comunica com o seu pai, que está na aldeia, pelo WhatsApp. O estudante afirmou que se comunica com as pessoas da sua aldeia através de ligações de telefone e também pela internet.

“C” falou que faz parte apenas das redes sociais Facebook e WhatsApp, e que se comunica com as pessoas de sua aldeia ligando por telefone, e também pelas redes sociais, porque segundo ela, na aldeia muitos fazem parte das redes sociais também. A estudante explicou que no Facebook:

“Quando eu posto é para a minha família, porque como todo mundo está longe, é uma forma de eles saberem, de ver como estão os meninos, meus filhos, e eu ver como eles estão lá também. Meu pai vê os netos, minha mãe vê os netinhos, e me vê também. Eu também coloco coisas relacionadas à política, aos movimentos indígenas, as campanhas que tem, as articulações. Eu sempre coloco alguma coisa, mais do tema indígena mesmo. Eu coloco mais para mostrar que o povo indígena existe e está organizado, também para buscar novos parceiros, para as pessoas conhecerem mais sobre os povos indígenas. É nesse sentido” (“C”).

“D” afirmou que faz parte do Facebook e do WhatsApp, mas que neste último ela não interage muito, utiliza apenas para se comunicar com suas colegas de turma da UnB que fizeram um grupo. No Facebook “D” falou que coloca algumas fotos, e comentários, mas que também não fica muito tempo *online*, pois ela quase não tem tempo.

“D” explicou que se comunica com as pessoas de sua aldeia na maioria das vezes por ligações de telefone, mas que em algumas casas, na aldeia, já têm internet, inclusive na dela, e então também se comunica pelo Facebook às vezes.

“E” relatou que faz parte do WhatsApp, Instagram, e que desativou o Facebook recentemente pois:

“Eu desativei o Facebook porque eu vi que ele é um vício, sinceramente. Eu vi que eu estava perdendo muito tempo, passando três, quatro horas, até de madrugada. Eu estou aproveitando agora para estudar. Por causa do Facebook eu já fui mal numa prova longo quando eu cheguei” (“E”).

Sobre o que ele gostava de ver no Facebook o estudante comentou:

“... Eu gostava de ver, por estar vendo mesmo. Eu via que muita gente sempre postava mensagens legais, algumas notícias legais, principalmente sobre os povos indígenas. Então quando se tratava dos povos indígenas, eu gostava de compartilhar. No mês passado foi descoberta uma etnia de índios isolados lá no Acre, essas coisas assim que eu gosto de compartilhar, para aprender um pouco mais” (“E”).

“E” disse que se comunica com as pessoas de sua aldeia na maioria das vezes por telefone, mas que também se comunica pelo Facebook. “E” contou que, em 2009, fizeram uma nova escola na aldeia, e o governo levou internet para lá, e como muitas pessoas têm celular que pega internet, à noite elas ficam perto da escola e acessam a internet.

### 5.5 Processos de saúde-adoecimento, o adoecer na cidade e percepções sobre os serviços de saúde

Quando questionados sobre o que é ter saúde, para “A”, é: estar feliz; ter uma terra; ter uma casa; ter comida; ter a família próxima; e conseguir desenvolver todas as atividades no seu dia a dia. E para ele doença é:

“Doença é difícil, porque pra gente tem vários tipos de doenças: doença do corpo, doença da alma, do espírito. Doença é o oposto de saúde, quando a pessoa não consegue realizar suas atividades, não consegue expressar o que está sentindo, estar triste. Pra gente além do patógeno, tem essas outras coisas, pra gente tem a doença espiritual também, que a gente trata com muita importância” (“A”).

Segundo “B”, uma pessoa tem saúde quando ela está em equilíbrio fisicamente e espiritualmente, e argumentou:

“A saúde vai muito além de estar bem fisicamente, de estar inteiro. Eu acho que se você está com o seu corpo inteiro, mas a sua mente não está bem, você não tem saúde. Digamos que, alguém que não tenha um braço, mas essa pessoa é feliz, consegue viver bem, está em equilíbrio com o seu espírito, ela tem saúde. Pra mim, saúde nada mais é que esse equilíbrio das coisas, de conseguir conviver bem. E daí se você consegue isso, você não vai adoecer nunca, você não vai ficar triste nunca, você não vai sofrer, não vai ter depressão, não vai sentir falta de sono, não vai sentir vontade de não comer, porque você vai estar em equilíbrio” (“B”).

A doença, para “B”, é a falta de um dos elementos desse equilíbrio, e disse que:

“Ela pode ser espiritual, que eu acho que é o fator principal, se o espírito não está bem, o seu corpo não vai estar bem, ele vai estar suscetível a alguma coisa. Acho que a doença parte justamente desse lado. O espírito estando ótimo, você não vai ter doença. A doença é a falta de um espírito no corpo” (“B”).

Para “C” uma pessoa que tem saúde é aquela:

“... que está de bem com a vida, que é feliz, porque você estando feliz você vai correr atrás de tudo o que você precisa, vai trabalhar, vai estar bem com a sua família, vai estar bem com os seus amigos, bem com quem está ao seu redor. É um bem estar completo, não só físico. E se você está bem consigo mesmo e com quem está próximo você vai fazer o bem para os outros e procurar fazer bem para o mundo” (“C”).

Por outro lado, a doença, para “C”:

“É estar infeliz. É o contrário de saúde. Você estando infeliz, você está doente. Fazer coisas ruins, você está doente, o seu espírito adoce. Se você não está bem, você não vai fazer bem para os outros também, você pode até passar essa doença, essa infelicidade para as outras pessoas ao redor. Eu acredito que quando você está bem, é um tipo de visão que passa ao seu redor. Se você está infeliz, não está bem, está doente, você tem outra visão, vai ver menos coisas boas, tudo com pessimismo e com cores mais escuras” (“C”).

“D” declarou que, para ela, ter saúde é quando a pessoa está bem; está feliz; está junto de sua família; está em paz; e é também quando a pessoa realmente está em equilíbrio; está tranquila; sem preocupações; quando não há nenhum familiar doente, quando estão todos bem. A doença, para a estudante:

“É quando você não está em paz. Por exemplo, aqui eu não acho que eu tenho saúde, porque você fica longe da sua família, com o coração apertado às vezes, com saudade, você quer estar junto com a família, com os seus filhos. Então eu acho que isso não é saúde, porque você fica com aquela coisa na mente, você não está sentindo nada, mas a sua mente não está em paz” (“D”).

“E” relatou que saúde para ele é quando a pessoa está em harmonia; tem alegria; tem amizade com as pessoas; está se sentindo bem; está sem preocupações. “E” explicou:

“... Para mim a saúde não é classificada apenas como científica, eu acho que a saúde é quando você está bem no seu psicológico, você se sente bem, você pode correr, você pode pular num rio e tomar um banho bem legal, sabe que aquela água é boa, sabe que as coisas estão dando certo para você. Isso é saúde para mim” (“E”).

Quanto à doença, “E” disse que:

“Têm as científicas, o câncer, e outras. Mas tem a doença psicológica também. Em relação aos povos indígenas eu vejo que a doença psicológica que mais atinge é essa: a desagregação dos direitos, as coisas que não são atendidas. Você vê o caso dos Guarani-Kaiowá, eles estão em constante suicídio, por causa disso, porque as suas relações sociais são quebradas, e aquilo se torna uma doença e eles vão lá e se suicidam. Não é só uma doença científica, só a doença física como o câncer, tuberculose, e outras doenças aí. A doença para mim é quando você não está bem no seu psicológico” (“E”).

“A” afirmou que quase não adoce, mas que quando acontece, a primeira coisa que ele faz é ir a um posto de saúde mais próximo, e dependendo do que o médico indicar, ele vai a um hospital. Ele afirmou também que vai ao Hospital Universitário de Brasília (HUB), que

atualmente tem o ambulatório de Saúde Indígena. O estudante disse que, durante o tempo que está em Brasília, aproximadamente 5 anos, foi ao hospital apenas uma vez, quando rompeu o ligamento do joelho, ele foi então ao Hospital de Base. “A” contou:

“Esperei, fui normal, pelo SUS, com o cartão do SUS. Esperei 12 horas pra ser atendido. Depois o médico me atendeu e foi muito bruto e “acabou” de machucar mais o meu joelho. Fui atendido como um cidadão qualquer, sem nenhuma distinção” (“A”).

“A” disse que já procurou também por atendimento particular algumas vezes, para tratamento dentário, para tratamento dermatológico, e para fazer uma ressonância do joelho. O estudante declarou que sentiu diferença apenas na rapidez para ser atendido:

“A velocidade. Muito rápido, porque você chega e paga, e eles te atendem na hora, já dão o exame na hora. Quando você faz o exame pelo público demora pra chegar. Mas o jeito que o médico trata é praticamente igual, não tem muita diferença” (“A”).

“B” relatou que durante toda a sua vida, nunca utilizou o serviço público de saúde (SUS) e nem os serviços particulares, pois nunca precisou. “B” disse que associa a sua resistência a agravos de saúde, ao seu lado espiritual. Ele contou que em 5 anos que está em Brasília, adoeceu apenas duas vezes, mas que nunca foi a um hospital na cidade devido algo que tenha acometido a ele. O estudante expôs:

“... Uma vez eu estava com um pouquinho de febre, eu não quis ir para a aula, estava com preguiça. Fiquei deitado, tomei um remédio da farmácia mesmo e passou. E outra vez eu estava com uma dor na perna, de jogar bola mesmo. Na verdade eu nunca fui a um hospital em Brasília devido a uma doença minha. Fui duas vezes. Uma eu fui com a ‘H’ (amiga dele), que estava com uma infecção intestinal, estava vomitando muito, aí eu fui com ela ao Santa Helena, na Asa Norte. Fomos primeiro para o HRAN, mas estava lotado, tinha que pegar uma fila enorme, não tinha atendimento específico nenhum, aí como a tia dela tinha um plano no HRAN, conseguiu colocar ela como se fosse filha dela naquele momento da consulta. E outra vez eu fui com uma amiga, que deslocou o braço, o médico não conseguia ver deslocamento, mas estava duro, travado, enfim, não sei o que foi aquilo, e fomos para o Hospital de Base, eu fui como acompanhante também” (“B”).

“C” declarou que trouxe muitas coisas da aldeia para a cidade, como ervas, medicamentos naturais para fazer chás, e para banhos, xaropes. A estudante disse que quando adoece, ela utiliza os medicamentos tradicionais, e depois se não sentir melhora, ela procura o atendimento médico, ou algum hospital.

“C” contou que durante o tempo que está em Brasília, ela e seus filhos já precisaram de atendimento médico muitas vezes, e relatou:

“Sempre pelo sistema público. Eu já precisei e meus filhos já precisaram. Por isso que eu falo que as maiores dificuldades que a gente teve foi na época da doença. O atendimento tem a classificação, talvez não fosse urgente, mas foi muito jogado. Então nessa hora eu tive que ter força para superar isso. Quando eu precisei eu fui ao HRAN, porque no HUB, apesar de atender indígenas, na época não tinha uma abertura maior, nem que eu falasse que era indígena, acho que eles nem tinham como receber também, porque agora que tem a pediatria de pronto-socorro, e era para os meus filhos (que ela estava precisando). Ele (o filho) foi internado lá (HRAN), fez a medicação, fez tudo lá. Depois que ele entrou no sistema, que começou o tratamento, foi bom, mas pra iniciar esse ciclo é que demora muito. Eu, quando eu fui, já fui atendida no HUB mesmo, quando eu precisei. Aqui em Brasília a gente não tem referência como indígena, porque para você ter referência em algum dos hospitais, você tem que vir da CASAI. No HUB foi um atendimento como estudante de medicina do HUB, e foi um atendimento bom, foi rápido, eu tive toda a assistência, mas por ser estudante de lá, não por ser indígena. Na parte de ser indígena, a assistência como indígena, é bem precária” (“C”).

“C” afirmou que nunca precisou procurar e utilizar algum serviço de saúde particular e que também nunca foi encaminhada através do SUS.

“D” contou que durante o tempo em que está em Brasília, adoeceu algumas vezes:

“Eu já fiquei várias vezes gripada, e no começo desse ano eu tive infecção urinária, eu fiquei doente mais de uma semana, fiquei dando febre. Eu estava tomando remédio, depois eu vi que o negócio estava ‘apertando’ mesmo. Aí eu liguei para a ‘I’ (amiga) e falei: ‘I, eu estou muito mal, estou sentindo muita dor’. De noite eu não conseguia nem dormir. No outro dia cedinho eu liguei para ela, e a gente foi para o hospital, para o HUB, mas não estava tendo atendimento. Aí me informaram que eu deveria ir para o HRAN. Eu peguei o ônibus e fui pro HRAN, chegamos lá umas 9h, fiquei até umas 17h. Demorou, demorou, demorou. Tinha muita gente, e eu fiquei lá até que umas 15h o médico me chamou, me atendeu, me deram injeção, me deram antibiótico na veia, e prescreveu uns remédios. Eu fiquei tomando os remédios, e fiquei melhor, mas eu fiquei uma semana praticamente dando febre. Já fiquei várias vezes com gripe, com dor de barriga, mas essa vez da infecção urinária foi a pior. Nunca fiquei tão mal assim” (“D”).

“D” disse que quando fica doente a primeira coisa que ela faz é tomar um analgésico, ou algum remédio, e se não melhorar ela vai ao posto de saúde perto de sua casa. A estudante contou que o dia que ela precisou, foi até o posto de saúde, mas neste dia o médico não tinha

ido, então ela aguentou mais um dia, e no dia seguinte foi obrigada a ir para o hospital, porque a febre passava e voltava. Ela disse também que nunca procurou por consulta médica particular, pois não tem dinheiro para pagar.

“E” falou que usa rapé constantemente, e que quando adoecer ele utiliza o seu “poder natural” que é o rapé. O estudante explicou que o rapé é feito com tabaco, cravo, canela e muitas plantas medicinais que só os indígenas conhecem, mas que fazem também o rapé puro, que é apenas com plantas medicinais.

“E” disse que paga por um serviço particular de saúde para tratamento dentário, em Brasília, e ele contou também sobre uma vez que ficou doente, durante o tempo em que está em Brasília, e teve que ir ao hospital:

“Uma vez eu saí para fazer uns exercícios físicos nessas academias que são abertas ao público, mas é uma academia simplesinha mesmo. Fiz uns exercícios, e fazendo flexões, aí cheguei em casa, e mais ou menos umas 22 horas da noite eu senti uma dor muito forte no ombro, muito forte mesmo. Essa dor começou a aumentar e eu não sabia mais o que fazer. Eu tive que vir no HUB, eles passaram um remédio para mim, eu comprei na farmácia, aí foi que eu melhorei. Mas era uma dor que eu não conseguia suportar. Era uma dor muscular no ombro, muito forte mesmo. Depois que eu comprei esse remédio eu melhorei muito” (“E”).

“E” afirmou que neste caso procurou o sistema público de saúde, mas não enquanto indígena:

“Foi pelo geral mesmo. Eu não tinha nem cadastro, eu tive que me cadastrar e tudo mais. Eu tive que esperar, porque a fila estava muito grande, mas eu sou aquela pessoa que, às vezes, quando eu estou muito ruim mesmo eu mantenho a calma, com aquela dor enorme, mas eu me fiz como quem não estava sentindo dor. Quem me atendeu foi uma doutora, ela me atendeu muito bem” (“E”).

“A” disse que, na cidade, não pratica nenhum ritual para a parte espiritual, mas que faz uso de chás, principalmente quando fica doente. O estudante explicou que o seu pai e sua mãe são conhecedores de muitas plantas, e como eles moram próximos a “A”, sempre indicam e fazem chás, e “A” sempre pergunta a eles o que utilizar, ou que plantas utilizar, em certas situações. “A” afirmou que usa rapé, e às vezes Ayuaska.

“B” afirmou que pratica rituais mesmo estando na cidade, e que também faz uso do rapé. O estudante contou que:

“Eu canto às vezes, balanço o maracá e canto, isso em casa. A frequência quem vai dizer é o corpo, o espiritual. Segunda-feira, uma semana atrás, eu acordei e deu vontade de acender uma madeira que eu tenho aqui, uma espécie de incenso, assim que eu acordei, e fiquei circulando pelo quarto, pela casa, porque eu vi a necessidade de acender, e depois eu fiquei sabendo que um parente tinha falecido aqui em Brasília nesse mesmo dia, na madrugada. Eu fiquei pensando qual é o sentido de acender, qual é a relação que tem do falecimento dele com o fato de eu acordar e querer acender o incenso. Esse incenso a gente acende para proteção, para expulsar os maus espíritos, principalmente pesadelos, e umas noites depois eu tive um sonho muito estranho, que um espírito vinha e queria me pegar, e batia na janela. Assim, não era sonho, era uma coisa a mais. Eu conseguia ver ele, então, eu não estava sonhando. E nesse dia eu estava com uma dor na perna, uma dor que apareceu do nada, começou a doer, e quando foi na sexta-feira passada eu não conseguia andar, até que veio um curandeiro pra fazer um trabalho em mim, fazer cerimônia. E nessa mesma noite eu tive essa visão” (“B”).

“C” disse que na cidade apenas faz uso de plantas medicinais, e “D” comentou que na cidade não utiliza plantas, pois sua casa é pequena, e não tem como plantar lá.

Na cidade, “E” não deixou de praticar seus rituais, e contou:

“Já tem duas vezes que eu usei ayuaska aqui. Nas duas vezes que eu usei foi sozinho mesmo, eu trouxe da aldeia. Antes eu preparei todo o ambiente, todo mundo tinha saído. Teve uma época que morava lá onde eu moro só eu e mais dois africanos. Nos finais de semana eles saíam e eu ficava sozinho. Eles saíam, não sei para onde eles iam, e voltavam só na segunda-feira. Foram essas oportunidades que eu tive. Fiquei sozinho e tomei” (“E”).

Com relação ao uso da ayuaska “E” explicou que:

“Eu vejo a ayuaska, eu tomo como um resgate a um costume tradicional, um costume que não deve ser perdido. Eu sempre carrego comigo isso. Onde eu tiver que ir eu tenho que levar minha identidade, e eu também me identifico, faz parte da minha identidade, faz parte do meu ritual. A ayuaska, para a gente não é só uma bebida, uma bebida física. Ela é como se fosse uma bebida de avivamento, revitalização, de fortalecimento da mente” (“E”).

“A” disse que respeita as duas medicinas as quais interage, a Medicina Tradicional Indígena e a Medicina Ocidental hegemônica, mas que inicialmente sempre dá preferência à Medicina Tradicional Indígena, que ele considera como uma medicina natural. O estudante explicou que caso seja acometido por algum sintoma de doença, ele utiliza plantas, faz e toma chás, se

houver algum pajé por perto, procura por ele, e se não conseguir a cura, ou a solução para o problema, ele vai ao hospital. “A” explicou ainda que:

“... como o meu pai conhece muito de plantas e minha mãe conhece, minha família tem pajé, então eu dou muita atenção para essa parte da planta, da parte de trabalho espiritual. Eu procuro sempre. Aqui é mais difícil porque a gente não tem pajé aqui, quando tem é algum que veio fazer algum trabalho, veio trazer algum documento. Eu dou muita atenção, porque eu sei que funciona, mas pra alguns tipos de doenças que a gente já conhece. Outros tipos de doenças que não tivemos contato antes, a gente não conhece. E aí temos que procurar o hospital” (“A”).

Quanto a esse assunto “B” declarou que observa que o uso da Medicina Tradicional fortalece a continuidade da prática cultural, e a chegada da Medicina Ocidental em muitas comunidades, tem atrapalhado essa continuidade. Para “B” o tradicional é mais importante, porém, afirmou que quando ele quer um resultado mais rápido, em alguns casos, acessa a Medicina Ocidental. O estudante afirmou que pensa que o uso associado das duas medicinas seria a melhor opção para o tratamento do indígena.

Na opinião de “C” cada um dos procedimentos os quais ela interage têm o seu momento de ser utilizado, e expôs:

“Eu não desmereço nenhum. Tudo na vida é de momento, tudo é fase. Então, eu acho que tem o momento ideal para se utilizar as plantas, que cabe momentos que são para elas, que elas solucionam o problema. Mas existem outros momentos que requerem o outro conhecimento, que é o biomédico, ocidental, as intervenções dela são necessárias. Cada um tem o seu momento, mas isso também não quer dizer que elas não podem estar juntas, acredito que os dois (procedimentos) podem dialogar bem, estar entrelaçados” (“C”).

“D” argumentou com um exemplo:

“Quando a gente está doente de mal olhado a gente tem que tomar banho de ervas medicinais e fazer benzimentos porque a causa é espiritual, mas os médicos não pensam assim, acham que tudo é por conta de vírus e bactérias, só os pajés sabem dessas coisas. Eu sei que os dois são bons, porque a gente tem fé nas plantas e nas rezas, mas é claro que os fármacos também são importantes, só que para tratar certas doenças espirituais eles não resolvem” (“D”).

Para “E”, se unissem o conhecimento da Medicina Ocidental hegemônica com o da Medicina Tradicional Indígena, o poder de cura se intensificaria ainda mais no tratamento do indígena.

“E” explicitou:

“Antes desses contatos que os povos indígenas tiveram com homem branco, as sociedades indígenas, a população era muito grande. Não se tinham tantas doenças, tantos agravamentos, tantas mortes infantis. Quando se unem esses dois conhecimentos é muito bom, mas atualmente a medicina tradicional indígena é muito desvalorizada. As CASAIs, os postos indígenas são lotados, porque os rituais xamânicos, o ritual do pajé não dá mais conta, porque são doenças advindas do homem branco, que eles não têm conhecimento sobre aquilo, então eles não têm como curar. Ai você vai perguntar: ‘Como está a situação dos povos indígenas hoje em dia?’ É claro que melhorou, mas muita coisa ainda está precária. Na minha aldeia tem um posto indígena, quando a doutora vai lá atender lota de gente. Ainda há uma grande ignorância por parte dos médicos que não conhecem, e não querem conhecer, não respeitam os conhecimentos tradicionais. Até os próprios indígenas que vêm para a universidade e se formam em Medicina, eles não querem nem voltar para a aldeia, eles acham que o conhecimento tradicional não é importante. Se unissem esses dois conhecimentos. Se dissessem: ‘Você vai fazer isso do seu conhecimento tradicional, e se você sentir que não melhorou, e que está ruim, venha para cá que nós vamos cuidar de você’. Os médicos geralmente falam: ‘O que? Você é doido? O pajé é isso, o pajé não sabe de nada’. Eles têm essa visão preconceituosa, essa ignorância” (“E”).

Com relação ao SUS, “A” declarou que acha as suas diretrizes muito bem pensadas, e a forma como o sistema está estruturado foi planejado da melhor maneira. Para “A” o SUS que está “no papel” é o melhor sistema de saúde do mundo, não há outro melhor do que ele, mas faltam algumas coisas para que isto também seja verdade na prática:

“O SUS é um dos maiores, você tem atendimento básico, você tem atendimento específico, especializado, você recebe remédio. Então, eu acho que é um dos melhores. Os dirigentes que complicam, a falta é isso mesmo, pessoas qualificadas para dirigir. Falta gestão. O SUS no papel é lindo, como dizem as pessoas. Eu gosto muito de toda a parte política do Brasil, a nossa constituição em geral é muito boa, falta só gestão” (“A”).

Para “B” o SUS poderia ser melhor, pois o Brasil é um país que tem dinheiro, e também muita estrutura, mas não há incentivos para a saúde, e para a educação:

“Acho que quem está sempre no poder acaba não olhando para os ‘pequenos’ como deveriam olhar. Penso que se houvesse uma distribuição de renda melhor, não só de dinheiro para manter a família, mas de vida que eu falo, investimento no país, as coisas seriam melhores. Muitas coisas dependem de nós, depende do querer fazer, e não achar que eu devo fazer, porque quando você quer algo, você vai atrás. E quando você quer algo, você faz. É o descaso né. A

saúde pública funciona, também tem a ver com a falta de vontade política, porque é uma forma, eu penso assim, de manter as pessoas escravas do sistema, porque se todo mundo tem uma qualidade de vida parecida, ou uma assistência boa à saúde, você acaba não dando margem para os próximos governantes fazer algo. Daí os governantes apresentam algo de melhor quando está acabando o seu período de governança. Eu não vejo que no Brasil existe de fato uma vontade de melhorar, por parte do governo não, porque se existisse já teria feito muitas coisas. Têm muitas coisas, que são gastos a toa, que poderiam ser evitados para investir em saúde, por exemplo. E um exemplo, no gabinete de um deputado mesmo, tem um teto máximo de R\$215.000, mensal, você pega anual então nem se fala. Ai você pega esses 200 por gabinete. É muita grana. E isso sem falar dos desvios que são feitos em N coisas, não só os deputados, mas também outras coisas. A saúde está na constituição que é o bem de todos, e o Brasil vive uma coisa, que você paga para ser atendido, porque um plano de saúde você só paga para ser atendido. Vai ter a consulta e o médico vai te cobrar. Você paga o plano de saúde, uma mensalidade de uns R\$90 por mês, e quando você vai lá, que você adoce, tem que pagar aquela consulta que é X. E se for se tratar é Y, e se for lá mais vezes são X+Y+Z. Então você paga só para ser atendido. Que garantia te dá um plano de saúde? A saúde do Brasil não se torna melhor devido a essa influência da privatização que existe, talvez não funcione melhor o público por causa disso, e os privados não funcionam bem porque o público não está bem. Se a saúde pública estivesse boa, os privados teriam que ser melhores, pra ter seus clientes. E ai o padrão de saúde seja estadual, nacional seria outro. Se fala muito em aumentar renda, aumentar salário, baixar juros, mas não se fala nada de investimento em saúde, uma coisa revolucionária eu digo. Só dão incentivozinhos ‘Ah, vamos abaixar o preço do genérico’. ‘Vamos dar remédios pra hipertensos de graça para os que têm acima de 60 anos.’” (“B”).

“C” opinou que:

“O serviço do SUS sem dúvida seria o melhor do mundo se toda a teoria fosse posta em prática, os princípios em que a política do SUS se baseia é justa, porém por vários motivos políticos e operacionais faltam estrutura física e profissional para atender a demanda de usuários que cada vez aumenta. Um ponto que também contribui para esse colapso no SUS é a falta de esclarecimentos para os usuários de como funciona o sistema, saber como e quando procurar cada tipo de assistência, primária, média e alta complexidade, como por exemplo, um paciente de seguimento ambulatorial - consulta eletiva marcada - procurar atendimento em um Pronto Socorro emergencial quando poderia marcar a consulta ambulatorial, cada caso como esse aumenta a fila de espera nos centros de pronto atendimento, porém tem o outro lado também, e se esse mesmo paciente só recorreu ao atendimento emergencial porque não tem unidade básica em sua região domiciliar,

ou tenha, mas ela não seja efetiva. Há muitas falhas no Sistema que precisam ser resolvidas. Essas falhas geram um ciclo em que o usuário sempre é o maior prejudicado. Mas eu acredito e defendo o SUS” (“C”).

“D” afirmou que acha o SUS de difícil acesso, e explicou:

“Eu acho muito difícil. Porque é como eu estou falando pra ti, quando eu chego lá, se eu chegar ao postinho 6h talvez eu nem vá conseguir mais vaga, porque todas as vezes que eu fui lá, você tem que ir umas 5h30, porque é por ordem de chegada, quando eu chego já tem aquele monte de gente, e o médico atende só 12 pessoas. Se você chegar e já estiverem as 12 na sua frente, pode voltar para casa porque não tem mais não. Você tem que ir no outro dia de novo. Lá na aldeia é mais fácil, a médica está lá todo dia, se você passar mal, ela vai lá te encaixa e dá um jeito. Ela atende todos os dias de manhã e a tarde. Se acabar a ficha de manhã, você tira ficha para tarde, ou se não tiver eles dão um jeito. Aqui não, você não consegue. Se você não conseguiu, no outro dia você tem que ir mais cedo ainda para não perder sua vaga” (“D”).

“E” declarou que observou uma melhoria na saúde dos povos indígenas:

“Na nossa aldeia quando a pessoa está doente, o carro vai pegar na aldeia, leva para a CASAI e se tiver que fazer um tratamento mais longe ele leva para a capital, Rio Branco. São tratamentos custeados pelo Estado, numa junção que o Estado fez com as instituições indígenas. Então eu acho que por um lado melhorou sim. Antes os povos indígenas tinham que se submeter às mesmas regras do homem branco. Há de certa forma um tratamento diferenciado, mas que ainda não é suficiente”.

Quando questionados se existem serviços de saúde diferenciados para os indígenas. “A” disse que existem serviços de saúde diferenciados para os indígenas, pois há políticas hoje que garantem isso, mas pelo que ele observa este serviço diferenciado só acontece de fato na base, dentro de algumas aldeias, não todas. “A” queixou-se:

“Faltam profissionais que entendam, e que reconheçam e conheçam a nossa cultura. Mas tem serviços diferenciados pra indígenas, mas eu acho que é pouco, poderia ser mais. Tem serviços quando está na base, mas quando você vem pra cidade você não tem nenhuma diferenciação de outros pacientes, você é tratado como qualquer um” (“A”).

O estudante expôs também que:

“Quando você faz um atendimento eu acho que deveria juntar a medicina ocidental com a medicina tradicional indígena, e na hora de avaliar o paciente você saber falar com o paciente e perguntar se ele quer ser tratado com o pajé ou se quer ser tratado pelo médico, ou pelos dois. Na hora os dois estão trabalhando juntos, porque eu acho que o choque seria menor e acho que o paciente se recuperaria mais rápido. Tem doenças que o pajé pode dar conta, tem doenças que ele não pode. Então deveria ter na base um serviço diferenciado de saúde indígena que dentro do mesmo espaço tivesse o tradicional e o serviço ocidental, hegemônico, que é a medicina usada hoje fora das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas. Acho que o que falta é unir, não só usar a medicina tradicional como um complemento, como é usado hoje. Hoje, já está abrindo um espaço maior para ter uma transculturalidade da medicina. Se você pegar a medicina asiática, eles usam muito a acupuntura como um complemento, um tratamento que é feito pela medicina, mas eles não agregam. Poderiam ser juntos os dois, que somariam, e eu acho que o resultado sairia melhor” (“A”).

“B” afirmou que para ele “no papel” os serviços diferenciados para indígenas existem, e na prática em alguns estados também. O estudante disse que há hospitais de referência que foram estabelecidos pela SESAI que recebem fomento para atender diferencialmente os povos indígenas com suas especificidades, mas quanto à saúde do indígena em Brasília “B” falou:

“Aqui, o HUB recebe esse dinheiro agora, recebe um valor X, eu acho que é em torno de R\$60.000, para fazer o atendimento. Mas se você chegar lá, hoje deve ter mudado um pouco devido até a presença de indígenas no hospital, no ambulatório, mas antes você (indígena) era tratado como um ‘qualquer’. Um ‘qualquer’ eu falo no sentido de que: eles têm uma pulseirinha de risco, que é verde, vermelha e amarela, e aí se você pegava o verde você ficava na fila como todo mundo, sendo que eles recebem um valor para atender especificamente e prioritariamente os indígenas. Quem não é aldeado eles falam que não têm verba. Os estudantes (indígenas) são atendidos no HUB, os indígenas do DF são também, hoje, mas eu não tenho tanta clareza se é especificado, eu acho que não são” (“B”).

“C” disse que:

“A política existe, dentro do SUS tem, mas a atenção básica, todo aquele processo que tem, em Brasília não existe. Só existe o atendimento mais especializado, que você tem que vir referenciado, mas o básico, da atenção primária, não existe. Ele (o SUS) existe, e tem algumas coisas que precisam ser melhoradas. E ele funciona, com

alguns defeitos, algumas precariedades em alguns setores, mas aqui em Brasília não. Em Brasília está no nível mais de tratamento intermediário para complexo. A básica funciona na aldeia. Teoricamente em Brasília não tem aldeia, eles não levam em consideração que existem indígenas aqui que vão precisar, e uma boa população até”.

“D” alegou que os serviços de saúde diferenciados para indígenas existem, mas apenas na aldeia, na cidade o atendimento não tem diferenciação. “D” contou:

“Lá na aldeia é só para população indígena, então são poucas pessoas. Aqui tem muita gente, porque aqui (Asa Norte) até as pessoas que moram em outros bairros vêm ser atendidas aqui no posto. É muita gente para pouca vaga. Na aldeia não, é uma equipe para trabalhar só com a nossa população, só com a minha aldeia. Os daqui atendem todos os bairros, de onde quer que venha” (“D”).

Todos os estudantes concordam que o atendimento diferenciado para os indígenas é necessário. “A” afirmou que este atendimento é importante principalmente na “base”, nas aldeias, e que os indígenas precisam disto porque têm uma cultura diferente. “A” explicitou:

“Você tem que ter essa diferenciação quando for tratar, porque tem cultura, tem religião, tem várias barreiras. É difícil para uma mulher cigana ficar nua na frente de um médico, para examinar. E com o indígena não é diferente, ele tem uma cultura diferente, um jeito de pensar diferente. Precisa ter, não só para indígenas, mas para essas culturas que são diferenciadas” (“A”).

Para “B” o atendimento diferenciado para os indígenas é necessário tanto na aldeia quanto na cidade, mas o que é “diferenciado” tem que partir de cada comunidade, pois cada uma tem uma cultura. O estudante explicou:

“O diferenciado tem que existir. Eu penso que sim, e ao mesmo tempo não, porque o que seria ‘diferenciado’? Eu acho que tem muito a ver com a construção, de poder melhorar a comunidade. Tem que ouvir e propor, na verdade, porque às vezes a gente acaba enquadrando muito, e quando enquadra muito acaba empurrando as coisas, tipo ‘todo mundo tem que ser assim’. Tem comunidades que têm muitas vivências, muitas culturas diferentes, acho que esse atendimento diferenciado tem que vir deles” (“B”).

Já em relação ao atendimento diferenciado na cidade “B” disse:

“A cidade acaba distanciando todo mundo, e você acaba não tendo uma vida tão social quanto na aldeia e daí você acaba se distanciando. Então, as lutas que antes eram sociais acabam sendo mais individuais. Eu sei que tem uma associação indígena aqui no DF, mas eu não sei o que é essa associação. Sobre o que ela briga, não sei. O que ela propõe para a saúde, eu não sei. Para educação também não sei. São muitas coisas que a gente acaba tendo que construir com o tempo. Eu particularmente penso que na cidade, pelo menos aqui no HUB, deveríamos ter sim um atendimento diferenciado. E temos. Se ele funciona, ai é outros quinhentos, mas o HUB já garantiu isso, que é importante ter, mas na prática não é assim que funciona, porque isso não é claro para os próprios servidores. Uma coisa é você falar isso para os índios, mas se você não fala com os seus submissos não vai adiantar nada. Eles não vão saber. Quando você chegar lá na consulta e falar que é índio e quer atendimento diferenciado, eles vão falar que você está pedindo demais. E não é. É o mesmo direito” (“B”).

O estudante disse também que este atendimento diferenciado depende muito do profissional que lida com os indígenas. “B” opinou:

“Eu penso que na cidade é essencial, porque na aldeia não tem hospitais com atenção específica, com tratamentos tão específicos, por exemplo, cirurgias. Eu penso que para ir para a aldeia, o atendimento diferenciado, ele vai acontecer se o profissional também se permitir, porque se você trabalha com atendimento diferenciado na cidade, e se na aldeia vai alguém da cidade que não tem vínculo nenhum, não tem vivência nenhuma, não vai ser um tratamento diferenciado, vai trabalhar com aquela visão médica de ser, chega, abaixa e cabeça e diz: Qual é o seu nome? Tem o que? Nem te olha, não tem esse laço. E aí muitas comunidades, para muitos indivíduos você tem que olhar nos olhos dele, se você não conseguir olhar para ele, ele não vai nem conseguir tomar o remédio. Como esse médico vai lidar com essa situação?” (“B”).

“C” pensa que o atendimento diferenciado para os índios é essencial, porque ele pertence a um local diferente, e a um contexto diferente. A estudante explicou:

“Você não pode receber alguém que vem de um local diferente da mesma forma que aquele que já está habituado. Tem que ter um atendimento diferenciado. É necessário, até mesmo para a pessoa se sentir acolhida. Se ela precisar de um tratamento num local, dependendo da forma que for acolhida, da recepção que ela tiver a resposta e a aderência ao tratamento, que porventura venha acontecer, a aceitação deste vai depender desse primeiro momento. Se a pessoa

não é bem recebida, não é bem entendida, não é bem esclarecida, a probabilidade de ela não aceitar a proposta de tratamento é bem maior. Isso não é só para o indígena, é para qualquer pessoa que você vá fazer uma proposta de algo que ela não conhece, que ela não entende daquilo. Tudo tem que ser bem esclarecido. E para o indígena, como ele tem a cultura diferente, não tem tanto contato com isso, não é o meio comum, então tem que ser diferenciado” (“C”).

Quanto ao atendimento diferenciado para indígenas que estão na cidade “C” comentou que se existe uma política que atende a todos os indígenas, em qualquer lugar que ele esteja, e que precise de atendimento de saúde, este deve ser diferenciado, independente de estar morando na cidade, porque é um direito do indígena.

“D” acha que o atendimento diferenciado para o indígena é necessário porque:

“... a saúde indígena é diferente da saúde daqui da cidade. As pessoas são preocupadas com outras coisas, o ritmo de vida é outro, outra cultura, a visão de mundo é diferente. Nem todo mundo entende que existem problemas que são da alma, que existem problemas que são do espírito, outros do corpo que o médico cuida. Então precisa ter, porque a população indígena é diferente, não é igual as daqui. Eu estou falando, e você talvez não acredite, mas tem coisas que não é o médico que vai tratar, é um benzimento que vai tratar aquela pessoa para ela ficar boa. Então tem que ter um atendimento diferenciado” (“D”).

“E” também afirmou que os serviços diferenciados devem existir, principalmente pelo fato de que muitos indígenas não falam o português, e defendeu o porquê é preciso haver essa diferenciação não só na saúde, mas também na educação:

“Eu tive a oportunidade de conhecer a CASAI de Rio Branco e eu vi que por eles não falarem o português, não terem conhecimento de como se comunicar, de dizer o que está sentindo ainda há uma ignorância, um preconceito. As pessoas mangam do indígena por causa disso. Então eu acho que deve haver sim esse apoio, tanto das lideranças do governo quanto das lideranças indígenas, para incentivar as pessoas a se comunicarem, a dialogar. Por isso que eu disse que nós não podemos nos esconder desse mundo moderno. Se você for à minha aldeia, por exemplo, tem muitas pessoas que se foram para a cidade, foram muito poucas vezes. Então eles quando vão para a cidade, não têm conhecimento de nada, ficam perdidos. Tem que ter aquele auxílio, aquele apoio para os povos indígenas. Outra coisa também é em relação ao indígena na universidade - é uma coisa que eu gosto muito de debater na sala de aula, até ontem eu falei disso – porque quando nós chegamos aqui, eu falei que nós tivemos um apoio,

o professor foi nos receber, fomos bem acolhidos de certa forma, mas falta a universidade compreender que o estudo diferenciado indígena é diferente do estudo daqui. Por que muitas pessoas (indígenas) quando vêm para cá, voltam? Porque não conseguem acompanhar as disciplinas. Aí vão dizer: ‘O indígena é burro’. Não. A educação indígena, eu conheço a minha educação, eu não conheço a educação do ‘J’ (amigo dele), não conheço a educação do ‘A’, não conheço a educação do ‘B’, eu conheço a minha educação, eu não sei como é pensada a educação nas aldeias deles. A minha já tem certo contato com o homem branco, nós já moramos na cidade, muitos professores já se formaram, o nosso cacique é vereador, mas vá olhar outras realidades, de outros povos, povos que vêm de muito longe, passam três dias para chegar à cidade mais próxima. Aí vão querer comparar o estudo de um aluno dos chamados ‘filhinhos de papai’, que estudam aqui em boas escolas particulares, têm curso de inglês, de francês, disso e daquilo. Aí colocam junto com o indígena que vem lá de longe, que tem muita vergonha de falar na sala de aula, que não consegue acompanhar. Eu vejo que a universidade não dá o suporte, não dá esse apoio. Por isso que muitos voltam. O ‘J’ mesmo está desligado, ele reprovou três vezes, jubilo. Ele está tentando voltar. Eu não vou crucificar os meus amigos indígenas por causa disso. Há um ‘porém’ também: muitos indígenas que já têm contato, já têm conhecimento de como é o mundo ‘branco’ aqui fora, vêm para cá e se jogam na bebida, vão sair, vão para as festas, deixam o estudo de lado, querem ganhar três, quatro bolsas, mas o importante que é o estudo, que é nos representar, não. É tanto que tem pessoas aqui do nosso convênio que estão aqui há sete anos, mas se você for olhar ainda não estão nem perto de se formar, mas porque não estão dando atenção aos estudos. Eu acho que a meta fundamental aqui é se formar. Eu gosto de participar dos movimentos indígenas, mas minha meta fundamental, como universitário, é me formar” (“E”).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições culturais dos indígenas exigem acessos diferenciados aos serviços básicos de saúde. Diferenciados, porém, com igualdade, e igualdade substancial, material. No entanto, essa garantia legal não tem sido concretizada da forma desejada. O SUS vive, além da ameaça da retirada de direitos, uma crise de implementação. Seus projetos e programas não conseguem atingir e superar as desigualdades marcantes na área da Saúde e alcançar a concretude do conceito tão amplo do direito humano à saúde. Isso se tem revelado na incapacidade de atender com qualidade e, assim, alterar a realidade de setores mais vulneráveis da sociedade, como os povos indígenas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

As práticas de cuidado das culturas e dos povos dos estudantes indígenas, e a Medicina Tradicional Indígena envolvem os rituais de cura com pajés; utilização de raízes; ervas; chás; orações e benzeções. Eles utilizam também a Medicina Biomédica que são consultas médicas, realização de exames e o uso de fármacos. Eles dizem que escolhem qual destas vão acessar dependendo da doença, ou seja, utilizam ambas. Então, quanto ao acolhimento dos indígenas no SASI/SUS, o profissional de saúde atuante neste, precisa ser cauteloso para não agir de modo dominador e inflexível frente às práticas que a sociedade indígena utiliza.

É importante respeitar as crenças do paciente e mesmo sua escolha em preservar junto ao tratamento prescrito, o uso de medicamentos populares e tradicionais. Além disso, ao se considerar que saúde, não é apenas ausência de doença, e sim o bem-estar físico, psíquico e social, os fatores religiosos, culturais e econômicos também devem ser respeitados. Levando em consideração também o fato de que os estudantes indígenas estão morando na cidade é necessário que a política diferenciada que atenda a saúde dessa população esteja voltada não só para os indígenas que estão na aldeia, mas também para os que estão na cidade.

Há uma dificuldade do Estado brasileiro, especialmente, das instâncias que lidam com políticas públicas em saúde para lidar com os povos indígenas nas cidades. A estruturação do atendimento, o fluxograma que estrutura a referência e contra referência, parte da TI identificada e demarcada para inseri-los nos distritos e outras instâncias. Essa inabilidade de lidar com as formas diversas dos povos indígenas de viver e se apresentar ao mundo acirra a situação de desigualdade que se encontra esse segmento, e põem em risco os direitos básicos desses povos, inerentes a todos os seres humanos.

Ao longo do período que acompanhei os estudantes indígenas pude observar que eles são bastante politizados, sabem bem o que querem e porque estão aqui, estudando na Universidade de Brasília. Essa perspectiva política é o que parece mantê-los firmes no seu propósito. Todos passam grandes dificuldades de todo o tipo, financeira, a saudade do espaço, da alimentação e dos parentes, enfim, a distância dos seus, de suas terras, são elementos enfatizados que não os deixam plenamente felizes nesse contexto universitário. Mas, eles criam estratégias para se cuidarem e manterem a rede de sociabilidade tão presente e viva em uma aldeia. Eles se reúnem em grupos, frequentam academias de ginástica e bares em conjunto. Frequentam as casas uns dos outros nos fins de semana e acionam muito as redes sociais virtuais e a internet.

Esses estudantes criam e sinalizam determinadas estratégias de cuidado que deveriam ser fomentadas. Uma primeira é o posicionamento político dos mesmos, então, deveria ser dado espaço no ambiente acadêmico para que eles possam expor sua posição enquanto sujeitos políticos e expor os conflitos epistemológicos que vivem ao serem inseridos em outra forma de conhecimento hegemônica e silenciadora de saberes diversos, o pensamento científico ocidental. Esses momentos deveriam ser criados nos cursos. O apoio financeiro desses estudantes também deve ser repensado e a inserção em projetos de pesquisa e extensão no ambiente acadêmico.

Por fim, a incrível rede de sociabilidade criada por eles em ambientes diversos que vai de academia de ginástica a bares, revela a criatividade e não passividade desses estudantes que ocupam os espaços e se expõem, buscando momentos de sanidade e equilíbrio em local (universidade) e tempo (graduação) tão adverso.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOFFMANN, M. B., LIMA, A. C. S. (orgs) Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas e direitos culturais diferenciados - Brasília-DF; Embaixada da Noruega, 2004; N° folhas 151.

BANIWA, G. 2006. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.836, de 23 de setembro de 1999.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, vol.5, n.1, p. 163-177, 2000.

DE PAULA, Luís Roberto; VIANNA, Fernando de Luiz Brito. Mapeando políticas públicas para povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011. 112p. 21 cm.

DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 31. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DOMINGUÉZ, A & GUIMARÃES, S. 2013. Estados modernos, cidadania e saúde na América Latina: dilemas contemporâneos a partir de uma leitura clássica. In: AVILA, C. (org) Política, Cultura e Sociedade na América Latina: estudos interdisciplinares e comparativos. Curitiba: Editora CVR

FOCAULT, M. Microfísica do Poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

GOLDENBERG, MIRIAN. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais – 12ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

GUIMARÃES, S. M. F. **Cosmologia sanumá: o xamã e a constituição do ser.** Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília: 2005.

ISA. 2014. Acesso em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/934>>

LUCIANO, GERSEM DOS SANTOS. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Ensino superior. p. 162-169. 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental.* (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde e direitos humanos. Fundação Oswaldo Cruz, Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman. – Ano 3, n. 3 (2006). – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

QUIJANO, A. M. 2007. Derechos sociales y bien-estar indígena: del racismo soterrado a la autónoma. In: CECOIN. *Indígenas sin derechos. Situación de los derechos humanos de los pueblos indígenas.* Bogotá.

RANGEL, L. H. V.. Jovens indígenas na metrópole de São Paulo. 2011.

SILVA, HELOISA HELENA CORREA; PEREIRA, VIVIANE MESQUITA. *Indígenas Urbanos: Uma Questão Social na Cidade de Manaus.* 2008.

SOUSA, JOSICÉLIA DO NASCIMENTO RAMOS. Os desafios dos estudantes e das instituições no convênio FUNAI – UNB. Brasília – 2009.

SOUSA, VIVIANE; MOURA, M.B.; MAI, L. D. Saúde indígena urbana: Interface entre ações estatais e não estatais. *Iniciação Científica CESUMAR.* Jan./Jun. 2012, v. 14, n. 1, p. 87-98.

SOUZA, H. C. Ensino Superior para Índios no Brasil: Histórico e Perspectiva. *Maquinações (UEL)*, v. 3, p. 42, 2008.

ROSA, JÉSSICA CAMILA DE SOUSA. **A gestão do subsistema de atenção à saúde indígena no Distrito Federal através dos itinerários terapêuticos dos povos indígenas.** 2013. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Fundação Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2013.

## 8. ANEXOS

### ROTEIRO NORTEADOR DE PESQUISA (ESTUDANTES INDÍGENAS)

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Etnia:
- 4) Onde nasceu?
- 5) Aldeia/Terra indígena a qual pertence:
- 6) Sempre morou na aldeia?
- 7) Porque veio pra Brasília?
- 8) Onde você mora na cidade (Brasília)?
- 9) Você mora com mais alguém?
- 10) É casado?
- 11) Tem filhos?
- 12) Você tem religião? Qual?
- 13) Como você entrou na UnB? O que acha do sistema para adentrar? Devia ser diferente? Ou não?
- 14) Como foi o acolhimento quando você adentrou à UnB?
- 15) Qual curso você faz na UnB? Qual semestre está?
- 16) Porque escolheu este curso?
- 17) Em que área do seu curso você quer atuar (mercado de trabalho)?
- 18) Tem algum auxílio financeiro da UnB? E da FUNAI? É suficiente? Ganha alguma bolsa de projeto?
- 19) Você trabalha?
- 20) Você gosta de morar aqui?
- 21) Você prefere viver na aldeia ou na cidade?
- 22) Pretende voltar a morar na aldeia? (você quer?)
- 23) Existe algum tipo de pressão para que você volte?
- 24) O que você pensa dos indígenas que saem da aldeia e vêm para a cidade, seja para estudar, por conflitos na aldeia, ou por outros motivos, e não querem retornar?
- 25) Sente falta da aldeia? Do que sente mais falta?
- 26) Com quem ficou sua família (mulher/marido, e filhos)?

- 27) Há pajé na sua comunidade? Fazem uso de plantas? Benzeções, cantos de cura?
- 28) A medicina tradicional ou a medicina da aldeia é valorizada na UnB?
- 29) Como é a sua relação com o curso? E com os colegas do curso?
- 30) O que você está aprendendo de bom?
- 31) Como é a sua relação com o coordenador?
- 32) Você faz algum curso fora da UnB? Curso de línguas? Curso técnico?
- 33) Quais problemas você enfrenta na cidade?
- 34) Você sente falta de algo?
- 35) O que te deixa triste?
- 36) Já sofreu algum tipo de preconceito na cidade?
- 37) Alguém já questionou o fato de você ser índio, mas ter celular ou de ter alguns hábitos que vieram dos “brancos”?
- 38) O que te faz feliz?
- 39) Você tem um hobby? O que você faz para se divertir na cidade?
- 40) Sai para dançar (o quê)? Sai para beber? Onde?
- 41) Você pratica exercícios físicos? (Você malha?)
- 42) Você faz parte de alguma rede social? Facebook? Instagram? Twitter? WhatsApp? Quais?
- 43) Como você se comunica com as pessoas da aldeia?
- 44) O que é saúde? O que é para você uma pessoa que tem saúde?
- 45) O que é doença?
- 46) Quando você adoecer, qual procedimento terapêutico você busca aqui em Brasília?
- 47) Você pratica algum ritual? Usa plantas? Ayuaska, rapé, etc.?
- 48) Como você entende os procedimentos terapêuticos aos quais interage?
- 49) Em algum momento já procurou e utilizou serviço público de saúde (o SUS)? E particular (já pagou por alguma consulta)?
- 50) O que você pensa dos serviços públicos de saúde (SUS)?
- 51) Você acha que existe serviços de saúde diferenciados para os indígenas? Você acha que precisa ter um atendimento diferenciado na aldeia e/ou na cidade para receber o indígena? Por quê?